



REQUALIFICANDO O
ESPAÇO:

ARQUITETURA PARA PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA

LARISSA COSTA SILVA

REQUALIFICANDO O ESPAÇO:
ARQUITETURA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientador: Prof. Marília Maria Brasileiro
Teixeira Vale

UBERLÂNDIA

2019

AGRADECIMENTOS

Certamente estes parágrafos não irão atender a todas as pessoas que fizeram parte dessa importante fase de minha vida. Portanto, desde já peço desculpas àquelas que não estão presentes entre essas palavras, mas elas podem estar certas que fazem parte do meu pensamento e de minha gratidão.

Aos meus amigos e colegas, pelo incentivo constante, por todas as risadas compartilhadas e insistente apoio em horas de maior cansaço.

À minha família, por sua capacidade de acreditar e investir em mim. Mãe, seu cuidado e força foi que me deu a esperança para seguir. Pai, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada.

Ao meu namorado que aguentou firmemente a minha ausência e pela grande, e muito grande força nos vários momentos dessa pesquisa.

À professora marília, por seus ensinamentos, paciência e confiança ao longo das supervisões das minhas atividades de conclusão de curso.

A Deus por ser meu sustento. Seu fôlego de vida foi em mim fonte de amor, força, alimento dócil que impregnou cada página dessa monografia.

*"É repartir seu alimento com o esfaimado, dar abrigo
aos infelizes sem asilo, vestir os maltrapilhos, em lugar de
desviar-se de seu semelhante."*

Isaías 58, 7.

RESUMO

SILVA, Larissa Costa. **Requalificando o espaço:** Arquitetura para pessoas em situação de rua. 2019. 117 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais, 2019.

Possui como foco principal a criação de um projeto arquitetônico capaz de atingir os indivíduos que se encontram em situação de rua, uma parcela da população desprovida de recursos e visibilidade.

O projeto busca compreender a questão do acolhimento de pessoas em situação de rua e o reuso dos edifícios na cidade, integrando novas utilizações com a pré-existência arquitetônica, sendo criado um programa capaz de suprir necessidades que vão para além da moradia, com equipamentos presentes no edifício e espaços de qualidade, capazes de promover a dignidade humana, oportunidade de integração social e pensando a cidade como um todo.

Palavras-chave: Indivíduo em situação de rua. Acolhimento. Reintegração. Sustentabilidade. Projeto de requalificação arquitetônica

ABSTRACT

SILVA, Larissa Costa. **Requalifying space:** Architecture for street people. 2019. 117 pages. Graduation Work in Architecture and Urbanism - Federal University of Uberlândia. Minas Gerais, 2019.

It has as main focus the creation of an architectural project capable of reaching individuals who are in a street situation, a part of the population devoid of resources and visibility.

The project seeks to understand the issue of hosting street people and the reuse of buildings in the city, integrating new uses with the architectural pre-existence, creating a program capable of meeting needs that go beyond the dwelling, with equipment present in the building and spaces of quality, able to promote human dignity, opportunity for social integration and thinking of the city as a whole.

Keywords: Individual in street situation. Reception. Reintegration. Sustainability. Architectural requalification project

SUMÁRIO

- 1** **INTRODUÇÃO**
Pág 09
- 2** **OBJETIVOS**
Pág 13
- 3** **METODOLOGIA DA PESQUISA TEÓRICA E DE CAMPO**
Pág 16
- 4** **RUA: TERRA DE TODOS**
Pág 21
 - 4.1** **O INDIVÍDUO EM SITUAÇÃO DE RUA**
Pág 23
- 5** **O HABITAR A RUA, ACOLHIMENTO E REINTEGRAÇÃO EM UBERLÂNDIA**
Pág 38
 - 5.1** **PERFIL DA POPULAÇÃO DE RUA EM UBERLÂNDIA**
Pág 40
 - 5.2** **AÇÕES DE ASSISTÊNCIA EM UBERLÂNDIA**
Pág 43
 - 5.3** **POLÍTICAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA A INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE RUA**
Pág 48
 - 5.4** **IDENTIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA**
Pág 50
- 6** **ESTUDOS DE CASO**
Pág 53
 - 6.1** **ALBERGUE RAMATIS EM UBERLÂNDIA**
Pág 56

6.2 CASA DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS
DO FUTURO
Pág 60

6.3 PINACOTÉCA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Pág 65

7

OBJETO DE INTERVENÇÃO

Pág 69

7.1 HISTÓRICO E ANÁLISE DO EDIFÍCIO
Pág 71

7.2 ANÁLISE DO ENTORNO
Pág 75

7.3 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA
Pág 80

8

PROJETO

Pág 89

8.1 CONDICIONANTES LEGAIS
Pág 91

8.2 DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO
Pág 94

8.3 MEMORIAL DESCRITIVO
Pág 97

9

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Pág 114

1

INTRODUÇÃO



1- INTRODUÇÃO

A população que vive nas ruas de Uberlândia faz parte de um conjunto de pessoas que não tem seus direitos de cidadania reconhecidos. Sem moradia, vivem no limite da pobreza e da dignidade humana; da rua fazem um lar; debaixo de viadutos, em praças, em locais abandonados e debaixo de marquises, procuram sobreviver, aguardando respeito e cuidado de uma sociedade que não os enxerga e se nega a olhá-los.

Muitos são os desafios para alcançar tal parte da população, o que parcialmente se deve ao fato do perfil de um morador de rua ser muito amplo e à sua contínua movimentação. Essa movimentação pode ser entendida de dois modos, quando tal parcela se desloca fisicamente almejando uma melhora de vida e quando estes mudam de status social, ao serem acolhidos temporária ou permanentemente em casas de apoio ou centros de reabilitação, ao voltarem a suas famílias ou quando constroem suas próprias casas, deixam de estar em situação de rua/miséria e passam a uma nova classe social.

Fato inegável é que a população de rua vive em uma profunda precariedade. O município por vezes não possui ferramentas

para alcançar e administrar tal contingente e a sociedade, a partir de um preconceito enraizado, exclui e taxa o morador de rua como bandido, marginal, uma pessoa perigosa, dificultando sua inserção ao meio social.

Há pouca presença de instituições, tanto públicas como privadas em Uberlândia, que possam suprir as necessidades desta parte populacional, o que motiva a elaboração desse trabalho, que afirma a posição da arquitetura como agente fundamental para o apoio aos múltiplos aspectos e necessidades sociais dos indivíduos em situação de rua.

Os capítulos quatro e cinco deste trabalho dizem respeito à população de rua, suas características gerais e o significado da rua como um modo de vida apresentando um diagnóstico de como o Município ampara e procura restituir o indivíduo à sociedade. Após a conceituação do tema, são feitos estudos de projetos já existentes, como modo de aperfeiçoar e direcionar o projeto a ser trabalhado, já averiguando através do perfil levantado dos moradores de rua, um programa de necessidades e sua melhor posição para a inserção do mesmo em nosso município.

1- INTRODUÇÃO

Para concluir esta etapa do trabalho, é apresentado a proposta de um projeto arquitetônico de requalificação de um edifício, hoje utilizado para depósito de arquivos da Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Avenida Engenheiro Diniz, número 1178, bairro Martins, adaptando-o para um centro de apoio aos moradores de rua, bem como o As Built da construção existente e promover a reflexão sobre a importância do reuso de edifícios construídos para novas funções, como importante aspecto de promoção da sustentabilidade urbana.

2

OBJETIVOS



SISTEMA MUSCULA

info info

Andri Andr para Inca para Inca

Histo Histo

RELOCHES

LINGUISTI

CD + DVD
RENALDO RIGUELI
RESUMO E A BATE
R\$ 19,99

CHIP VIVO
R\$ 7,00
CHIP OI
SÓ HOJE CHIP OI
R\$ 8,00

CHIP TIM
R\$ 5,00
CHIP TIM
R\$ 5,00

K-K

2- OBJETIVOS

O principal objetivo desta monografia é desenvolver um projeto de arquitetura que busque destacar seu papel e relevância como importante meio de inserção desta classe inferiorizada que é excluída do convívio social. Assim, através da Arquitetura busca-se facilitar a inclusão, oferecendo espaços e equipamentos que vão além do simples pernoite.

Os objetivos secundários são:

- 1- Compreender a importância da contribuição e das possibilidades de atuação da arquitetura para o planejamento de um espaço de amparo e reinserção social de qualidade;
- 2- Refletir sobre a importância do reuso de edifícios construídos para novas funções, como importante aspecto de promoção da sustentabilidade urbana.

Destaca-se que a finalidade geral desta etapa de trabalho é a formação de uma base teórica para o desenvolvimento de um projeto de revitalização, estabelecimento do programa e análise do edifício.

3

**METODOLOGIA DA PESQUISA
TEÓRICA E DE CAMPO**



3 - METODOLOGIA DA PESQUISA TEÓRICA E DE CAMPO

A pesquisa dos temas relacionados à população em situação de rua foi desenvolvida a partir de referências teóricas e projetuais. Em consonância a esse entendimento teórico, foram levantados e analisados dados sobre a população de rua em Uberlândia e as instituições de apoio existentes, assim como relatos de experiências de pessoas em tal situação ou que exercem algum trabalho de apoio a essa população. Também foram analisados como embasamento para temas de pesquisa a produção de diversos profissionais e estudantes, que abordam sobre o assunto, gerando um processo de reflexões e sínteses entre o conhecimento teórico e as experiências de ir às ruas, conversar com indivíduos em situação de rua, lhes dar alimentos e escuta-los.

As pesquisas teóricas e de campo, os levantamentos de dados e as análises subsequentes tiveram como objetivo a identificação de parâmetros básicos para o estabelecimento de diretrizes projetuais.

Os principais objetivos das pesquisas foram:

1. Conhecer a dinâmica cotidiana dos indivíduos em situação de rua, sua

relação com trabalho e estratégias de sobrevivência, visto que tal hábitos pode gerar uma demanda sistemática e funcional importante para a concepção do projeto.

2. Conhecer as formas de organização do espaço pessoal, lugares de concentração e formação de grupos, apropriação de espaços públicos e como essa população organiza o espaço de moradia ou pernoite, para melhor enfrentamento e orientações das decisões de projeto.

3. Identificar a trajetória social até a rua: elementos construtivos, deslocamento pessoal, manifestação de necessidade de acompanhamento psicológico, com intuito de somar o programa de necessidade projetual.

A pesquisa de campo, que compreendeu vistas e observações em alguns pontos da cidade, tiveram como objetivo identificar:

1. Qual a dimensão da população em situação de rua em Uberlândia.
2. Qual a diferença de perfis entre a população e a demanda

3 - METODOLOGIA DA PESQUISA TEÓRICA E DE CAMPO

especifica de cada um dos diferentes segmentos.

3. Qual a demanda necessária dos indivíduos em situação de rua para com as políticas habitacionais.

4. Estimar a população em situação de rua na região central e rodoviária para se ter um entendimento quantitativo do usuário final e estimativa de uso.

2- Conhecer os diferentes enfoques dados aos que lidam diretamente com a população em situação de rua, para fundamentar as decisões do projeto.

3- Identificar as condições de atendimento dos serviços prestados, conhecendo o que possui êxito e as carências e estabelecer propostas que garantam maior qualidade dentro do projeto a ser criado.

No que se diz a respeito às formas de atuação de instituições e ações privadas ou municipais em Uberlândia, que promovem alguma espécie de auxílio aos indivíduos que se encontram em situação de rua, principais objetivos da pesquisa foram:

1- Conhecer e caracterizar os principais tipos de atendimento assistencial, a que a população em situação de rua tem acesso, oferecidos pelo poder público e pelo privado, de maneira a orientar a definição do programa projetual e quais os tipos de colaboração e serviços que os indivíduos em situação de rua carecem.

Além dos temas acima relacionados, a reutilização de um edifício existente e sua adaptação para um estabelecimento de acolhimento à população de rua também foi alvo de investigação e reflexão, considerando os seguintes aspectos.

1- Entender a edificação como um bem a ser potencializado, a partir da abrangência de novos usos compatíveis com o local e especificidades pertinentes;

2- Valorizar o patrimônio imobiliário existente na cidade como medida de sustentabilidade, e não sua simples demolição total e reconstrução.

3 - METODOLOGIA DA PESQUISA TEÓRICA E DE CAMPO

3- Contribuir para a preservação da paisagem e identidade do bairro através da requalificação do imóvel que possui referência histórica e visual para os moradores do bairro e até da cidade

O tratamento das informações obtidas na pesquisa incluiu as atividades técnicas de: fichamento de referências bibliográficas, webliográficas e de outras mídias; elaboração

de banco de dados para as imagens coletadas, entre outras.

Depois de concluída esta fase teórica, alguns projetos de arquitetura e urbanismo foram selecionados e analisados, constituindo uma das partes do trabalho da monografia (Estudos de Caso). E, finalmente, foram propostas as diretrizes e elaboração do projeto

RUA : TERRA DE TODOS



4.1 - O INDIVIDUO EM SITUAÇÃO DE RUA



4 – RUA TERRA DE TODOS

4.1 - O INDIVÍDUO EM SITUAÇÃO DE RUA

Uma pessoa em situação de rua é um indivíduo que passou por uma ruptura com suas relações sociais. É a parcela da população que utiliza das ruas como seu local básico de sobrevivência e de identificação própria, por opção ou imposição.

É certo que o indivíduo em situação de rua se encontra em uma descrição de extrema pobreza e diversas vezes esse conceito é associado a uma desagregação moral, de desordem e de insanidade. Com suas referências familiares, afetivas e de trabalho rompidas, o morador de rua é estigmatizado pela sociedade.

Por definição “o conceito de população em situação de rua refere-se às pessoas que estão utilizando, em um dado momento, como local de moradia ou pernoite, espaços de tipos variados, situados sob pontes, marquises, viadutos, à frente de prédios privados e públicos, em espaços públicos não utilizados à noite, em parques, praças, calçadas, praias, embarcações, estações de trem e rodoviárias, à margem de rodovias, em esconderijos

abrigados, dentro de galerias subterrâneas, metrô e outras construções com áreas internas ocupáveis, depósitos e prédios fora de uso e outros locais relativamente protegidos do frio e da exposição à violência. São também considerados componentes da população em situação de rua aqueles que dormem em albergues e abrigos, de forma preferencial ou ocasional, alternando o local de repouso noturno entre estas instituições e os locais de rua.” (Relatório Final, I Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de rua).

A forma de origem do desabrigo é justificada por razões diversas pelo mundo. No Brasil, relaciona-se o fato a momentos de transformações sociais e trabalhistas, um alto nível de pobreza e desigualdade social dá embasamento para esse fenômeno. É nesse contexto que se encontra o sujeito urbano, o qual será foco desse trabalho, que, além de contar com pouco ou nenhum recurso econômico, muitas vezes está excluído das condições mínimas de dignidade e cidadania.

4.1 - O INDIVÍDUO EM SITUAÇÃO DE RUA

Cada um desses indivíduos passa por situações distintas até chegarem às ruas e cada uma dessas situações, faz o indivíduo se identificar de maneira própria, ajuda esta pessoa a se reconhecer como indivíduo e a se

Em uma sociedade capitalista, a base organizacional é a venda da força de trabalho e do mesmo modo é inegável que o Brasil tem passado por diversos problemas de desemprego estrutural; o que pode favorecer o possível aumento do percentual de pessoas em situação de rua.

Em função da crise de trabalho é pertinente ressaltar que muitos daqueles que hoje se encontram em situação de rua já foram trabalhadores efetivos, que já não conseguem mais voltar ao mercado de trabalho. Isto se dá pelo fato de que para a venda da força de trabalho é preciso possuir certas condições, entre elas, alimentação, moradia, saúde, condução; quando o indivíduo não se caracteriza neste padrão básico, ele é marginalizado e impedido de exercer certas atividades, passando por um processo de desqualificação.

Este é um dos caminhos que levam uma pessoa a se abrigar nas ruas, o momento em

relacionar entre aqueles que também compartilham de sua mesma situação. Entender que esse termo engloba histórias distintas é importante para que possamos pautar qualquer leitura a respeito do tema.

que o trabalhador não consegue se manter e rompe com as estruturas convencionais, atravessando a linha de uma vida familiar sustentável para a indigência e pobreza absoluta. Outros fatores podem ser a migração, dependência química e situação de conflitos familiares, por exemplo.

Esses grupos excluídos e marginalizados buscam as regiões centrais das cidades para viverem porque esses lugares, geralmente, oferecem maiores facilidades, como as áreas comerciais ou com maior concentração de serviços, grande circulação de pessoas e poucas residências. e utilizam de marquises, prédios abandonados, viadutos, praças, pontos de ônibus, calçadas ou qualquer construção capaz de fornecer o mínimo de abrigo para permanecer, ainda que por um curto período.

Pela relação que leva o morador de rua a vivenciar essa situação ser muito pessoal e ampla, não existe uma uniformidade de como

4.1 - O INDIVÍDUO EM SITUAÇÃO DE RUA

viver na rua; cada pessoa leva consigo aquilo que é mais necessário, algumas poucas roupas e objetos pessoais, formas de conseguir sua subsistência e acomodação.

Enquanto alguns tentam construir pequenos e frágeis abrigos, outros dormem no relento, invadem edifícios abandonados e fazem daquele local sua moradia, mas tudo como um reflexo da trajetória de vida, tempo de permanência na rua, estratégias de sobrevivência adotadas, relações de gênero e dinâmicas do próprio território habitado. Ainda assim, é perceptível que a relação de abrigar-se vai além do que arquitetônico, de se ter uma construção para chamar de casa e passa a representar como o indivíduo se vê perante a sociedade e como a sociedade responde a essa percepção.

A falta de moradia convencional não é o único problema vivenciado pelas pessoas que integram esse grupo. Essa situação incide no comprometimento de outros fatores socioeconômicos importantes, como a identidade, a segurança, o bem-estar físico e emocional, o sentimento de pertencimento e as raízes.

Quando o indivíduo já não está mais na rua circunstancialmente, como algo provisório, este passa a utilizar a rua como estilo de vida, passa a desenvolver formas específicas de sobrevivência e relacionamento, tira seu sustento das ruas, de maneira que procura pequenos trabalhos informais ou o ato de pedir para se sustentar. Ou seja, o grupo de pessoas em situação de rua abrange todas as pessoas que têm a rua como espaço de apoio e/ou sobrevivência, seja de maneira provisória ou permanente, que se desloca ou tem permanência fixa em um determinado ponto da cidade.

A partir do Censo Nacional da População de Rua (2007 a 2008), da leitura das obras, "Desafortunados" de David Snow e Leon Anderson (1998), de "População de Rua- Quem é, Como vivem e Como é vista" de Maria Antônia da Costa Vieira, Enieda Maria Ramos Bezerra e Cleisa Moreno Maffei Rosa (2004); e da análise de diversas pesquisas com voluntários em abrigos e pesquisas de referência, foi possível traçar um perfil dessas pessoas e as principais causas que as levaram para as ruas, conforme abaixo.

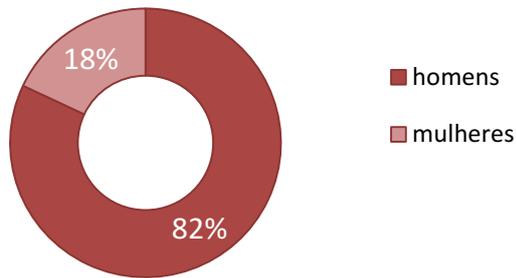
4.1 - O INDIVÍDUO EM SITUAÇÃO DE RUA

1. **lesões e traumas familiares:** brigas entre pais e filhos ou marido e esposa, perda de parentes (órfãos), e até mesmo desilusões amorosas;
2. **Desemprego:** pessoas que perderam seu emprego de forma traumática e/ou ex-presidiários que não conseguem um trabalho devido ao seu histórico pessoal e/ou profissional;
3. **Dependência química:** a dependência de drogas e do álcool impossibilita a convivência familiar e vínculos de trabalho;
4. **Migração:** pessoas que saíram de suas cidades de origem e foram para cidades de maior porte com a expectativa de conseguir melhores condições de vida, mas que acabam não conseguindo emprego e moradia;
5. **Problemas mentais:** pessoas que foram abandonadas por suas famílias ou até mesmo que se encontram desaparecidas, apresentando um quadro de doença psicológica e de transtornos mentais.

Ainda de maneira geral, a partir dos dados do Censo Nacional da População de Rua nos anos de 2007 a 2008, a população de rua nacional se configurava em cerca de 31.922 adultos, o que equivale a 0,061% da população dos municípios pesquisados, com predominância masculina (Figura 1) de faixa etária entre 25 e 44 anos (Figura 2), mais da metade das pessoas entrevistadas se declararam pardas ou negras (Figura 3), com uma média maior que em comparação da população em geral

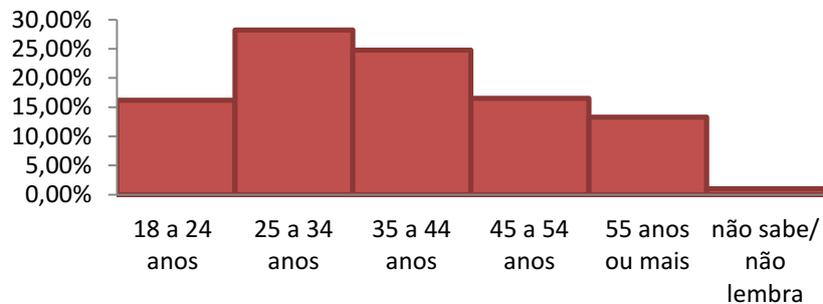
4.1 - O INDIVÍDUO EM SITUAÇÃO DE RUA

FIGURA 1 - POPULAÇÃO DE RUA POR SEXO



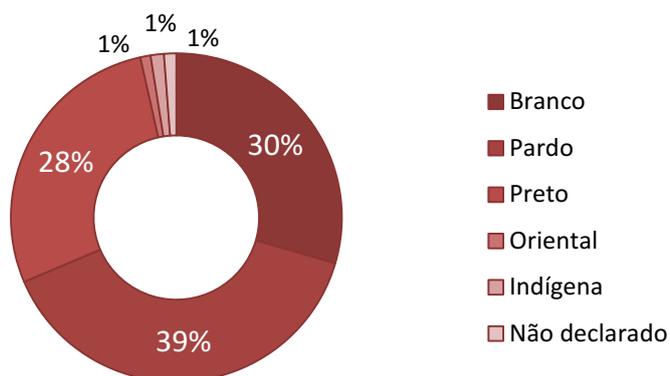
Fonte: Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua (2008)

FIGURA 2 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA POR IDADE



Fonte: Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua (2008)

FIGURA 3 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA POR COR OU RAÇA



Fonte: Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua (2008)

Contradizendo o mito de que as pessoas em situação de rua são oriundas de outros

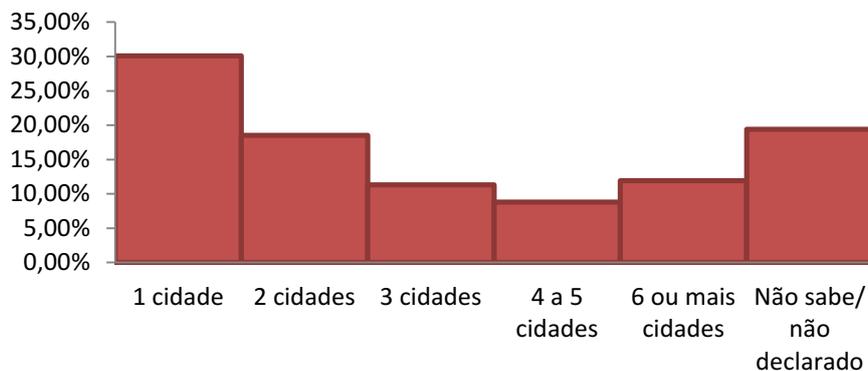
estados/regiões do país, a pesquisa mostrou que a maior parte dos entrevistados sempre

4.1 - O INDIVÍDUO EM SITUAÇÃO DE RUA

viveu no município em que moram atualmente ou em municípios próximos (Figura 4), sendo poucos os que viveram em mais de cinco cidades diferentes ou provêm de locais distantes. A principal dificuldade relatada foi de que boa parcela das pessoas em situação de rua não possui documento de identificação, dificultando a obtenção de emprego formal, o

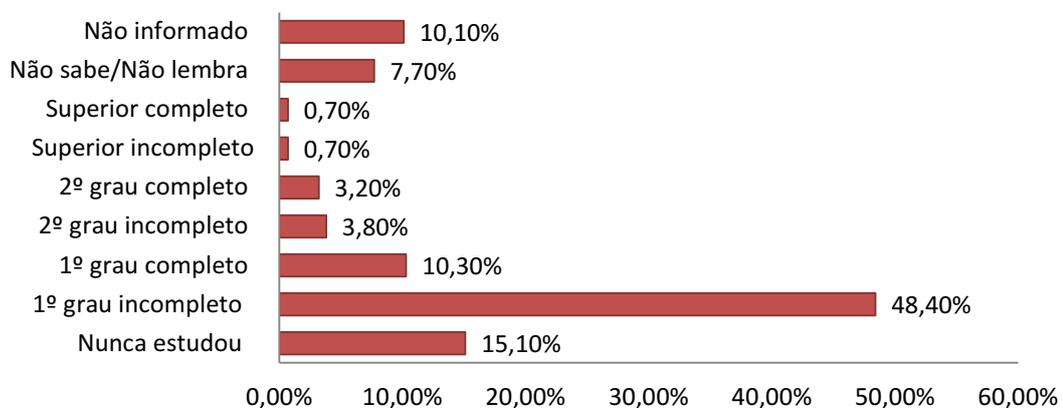
acesso aos serviços e programas governamentais, com a maioria afirmando não receber qualquer benefício do governo. Outro fator que dificulta a obtenção de emprego formal se dá pelo fato de que majoritariamente os indivíduos entrevistados não concluíram o 1º grau e não estudavam na época da pesquisa (Figura 5).

FIGURA 4 - NUMERO DE CIDADES EM QUE JÁ VIVEU



Fonte: Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua (2008)

FIGURA 5 - NIVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA



Fonte: Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua (2008)

4.1 - O INDIVÍDUO EM SITUAÇÃO DE RUA

Ainda é importante destacar que além da variação entre o perfil de como essa população chega às ruas, existe uma diferenciação entre os próprios perfis de indivíduos em situação de rua. Estes perfis podem ser mesclados e abrange pessoas com diferentes trajetórias e histórias de vida e apesar de não existir uma definição técnica para os mesmos, tais perfis são caracterizados entre a própria população de

rua e através de conversas com voluntários em instituições de acolhimento, foi identificado sete perfis

De maneira geral a rua entendida como espaço de morar e sobreviver oferece inúmeras possibilidades de ocupação, que só pode ser entendida na sua totalidade através do entendimento da trajetória social de seus moradores e de como os mesmos utilizam da cidade para garantir a sobrevivência.



Trabalhador: a população de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores informais, cujos ganhos não possibilitam a posse ou aluguel de uma moradia. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2008) 70,9% trabalham e exercem alguma atividade remunerada e 52,6% recebem entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 por semana, além de 1,9% dos entrevistados afirmaram estar trabalhando com carteira assinada.

Os tipos de atividades mais comuns entre os trabalhadores que se encontram em situação de rua são: catadores de materiais reciclados, flanelinhas, trabalhadores da construção civil, lavadores de carro, artistas de sinais, entre outros.



Dependentes químicos: pessoas que possuem alguma uma alteração de sua condição física e psicológica causada pelo consumo constante de substâncias psicoativas, tendo como consequência sintomas que afetam o sistema nervoso. O vício é muitas vezes visto como uma forma de alívio para a situação em que o indivíduo se encontra, entre as dependências mais comuns se encontra o vício em crack, cocaína e o alcoolismo.



Doentes mentais: trata-se de pessoas com distúrbios mentais que acabam nas ruas por abandono familiar e/ou pela falta de políticas públicas de assistência social e saúde pública que deem amparo às mesmas.

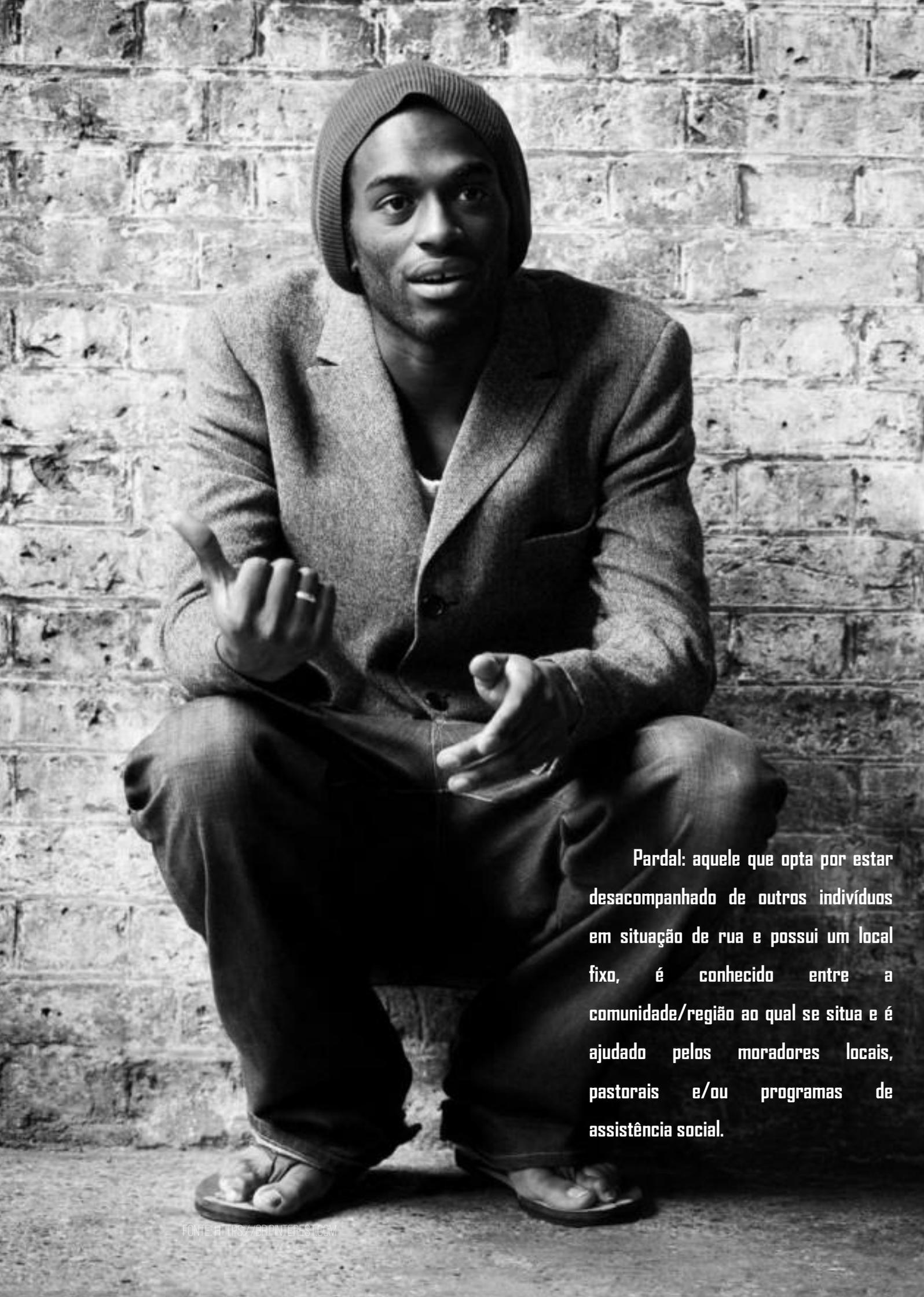
Mendigo/pedinte: segundo dados do Censo Nacional da População de Rua nos anos de 2007 a 2008, apenas 15,7% da população de rua nacional utilizam desse meio para a sobrevivência e em geral são caracterizados por desempregados, que dependem da ajuda alheia para sua sobrevivência. Muitas vezes buscam ajuda no centro de apoio, pastorais ou da comunidade e tendem a ter permanência em determinado local ou região, principalmente central e de grande fluxo.



Andarilho: Pessoa que não tem localidade fixa e percorre grandes distâncias, variando de bairro e cidades próximas.



Trecheiro: São as pessoas que optam por uma vida livre e fora dos padrões da sociedade. Não se fixam em uma cidade e estão em constante mudança, trafegando por várias estradas, percorrendo grandes distâncias e tendo uma variação muito grande dentro do território nacional.



Pardal: aquele que opta por estar desacompanhado de outros indivíduos em situação de rua e possui um local fixo, é conhecido entre a comunidade/região ao qual se situa e é ajudado pelos moradores locais, pastorais e/ou programas de assistência social.

Família: pessoas que não perderam o vínculo familiar, mas acabaram nas ruas, geralmente por buscarem melhores condições de vida, deixando sua cidade natal e migrando para grandes centros urbanos.



O HABITAR A RUA, ACOLHIMENTO E REINTREGRAÇÃO EM UBERLÂNDIA

5.1 – PERFIL DA POPULAÇÃO DE RUA EM UBERLÂNDIA

5.2 - AÇÕES DE ASSISTENCIA SOCIAL EM UBERLÂNDIA

5.3 - POLITICAS MUNICIPAIS DE ASSISTENCIA A INDIVIDUOS EM SITUAÇÃO DE RUA

5.4 – IDENTIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ASSITÊNCIA



5 - O HABITAR A RUA, ACOLHIMENTO E REINTEGRAÇÃO EM UBERLÂNDIA

5.1 - PERFIL DA POPULAÇÃO DE RUA EM UBERLÂNDIA

Para a análise do perfil da população de rua presente em Uberlândia, procurou-se o Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua - Centro POP-, protocolando um ofício na Prefeitura Municipal para obtenção dos dados, porém esse protocolo foi perdido pelos órgãos responsáveis, logo os dados mostrados nesse capítulo podem encontrar-se desatualizados, visto que foram coletados em outras fontes.

Em 2015 e 2016 foram cadastradas no Centro POP, em Uberlândia mais de 1.410 pessoas ditas em estado de vulnerabilidade, ou popularmente falando: moradores de rua. O

município tomou o posto de segunda cidade de Minas Gerais com maior número de pedintes, segundo uma reportagem do jornal G1 feita com promotor Marco Aurélio Nogueira em 11/03/2017

O número oscila ao longo dos anos. A Secretaria de Direitos Humanos informou que, por mês, a média nacional é de que são atendidas nos centros de referência, aproximadamente 270 pessoas, e que, 144 não pretendem sair da situação.

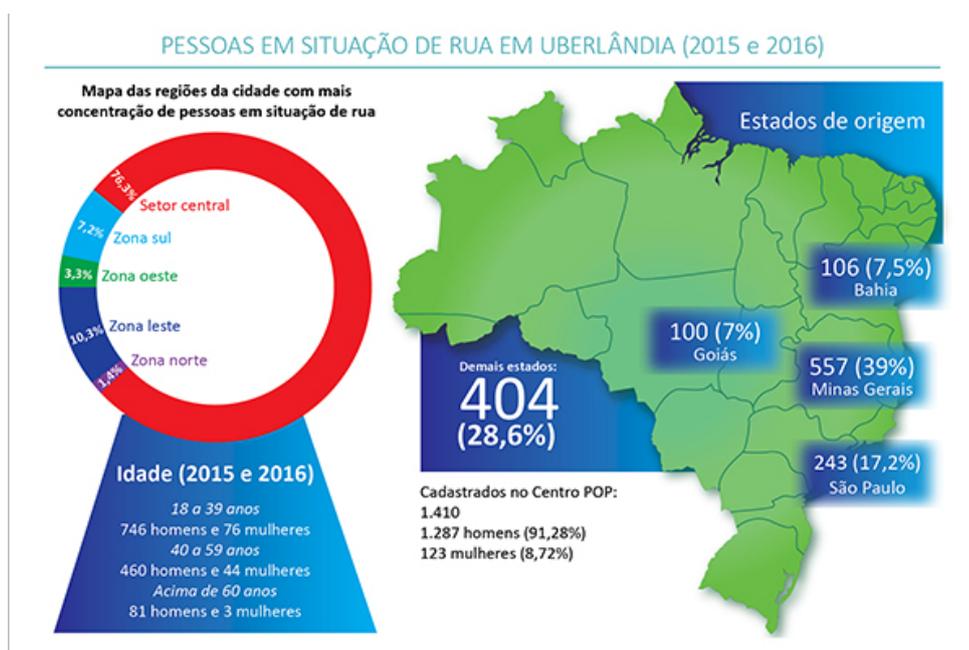


Figura 6: Pessoas em situação de rua em Uberlândia (2015 e 2016)
Fonte: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/> (acesso 10/2018)

5.1 - PERFIL DA POPULAÇÃO DE RUA EM UBERLÂNDIA

Confirmando os dados nacionais, a população pesquisada segundo o jornal correio de Uberlândia, é majoritariamente do sexo masculino e compreende uma faixa etária entre 18 e 39 anos.

A região de maior concentração de pessoas em situação de rua é o setor Central, visto à disponibilização de recursos, por depender da caridade dos pedestres, instituições e grupos semelhantes para acessar alimentos, bebidas, drogas e dinheiro, o indivíduo em situação de rua tende a recorrer a lugares mais movimentados, ainda que esses lugares não sejam fixos, seja porque os indivíduos são levados a se retirar do local onde estão pela polícia ou agentes do poder público, seja porque optam em mudar de local constantemente para facilitar suas táticas de mendicância. Essa dinâmica intensa de ocupação e desocupação dos espaços da rua está associada a uma vida nômade, dificultando a classificação dessa população e o exercício de intervenção para um acompanhamento dos mesmos.

Dentro da realidade que muitos apresentam para estarem em tal situação estão as desilusões, o crack, o éter, o desapego e o nomadismo, frente à realidade artificial que impera no nosso município que é

considerado polo econômico regional e capital nacional da logística.

A motivação que cada indivíduo possui, caracteriza-se em um perfil diferente. Para exemplificar a diversidade e complexidade dos perfis existentes em Uberlândia, selecionei três histórias, a fim de proporcionar melhor entendimento dos motivos e retratos de como é viver na rua, para posteriormente desenvolver um projeto capaz de suprir a maior abrangência de perfis possíveis.

1. David Clinte, 27 anos, na rua há quatro meses: em uma reportagem para a emissora de televisão Vitoriosa, em abril de 2018, David reportou que estava em Uberlândia em busca de independência e para melhorar de vida, ansiando conseguir seu lugar no mercado de trabalho no município, por “complicações” o mesmo estava trabalhando como servente de pedreiro. O caso de David é também a realidade de grande parte das pessoas em situação de Rua em Uberlândia, indivíduos que possuem renda, ainda que baixa, mas não conseguem se manter em uma residência, seja devido ao serviço

5.1 - PERFIL DA POPULAÇÃO DE RUA EM UBERLÂNDIA

itinerante ou por situação financeira e, assim, é excluído.

2. Nilson, 56 anos, há cinco dias na rua: segundo relato do mesmo para a reportagem, sua motivação foi uma série de conflitos e desentendimentos com sua mulher e filha. Após um episódio de bebedeira, em um determinado momento foi posto para fora de casa e se abrigou na rua, onde até a entrevista feita a Camila Aparecida Oliveira da Costa para seu Trabalho de Conclusão de Curso em Sociologia, "As táticas de vida dos moradores de rua que transitam pelo Triângulo Mineiro", ninguém sabia onde ele estava. A mesma dizia que Nilson, muito emocionado, se sentia humilhado e contou que já passara outros curtos períodos na rua e ficava alternando entre rua e sua casa, à medida em que suas relações familiares eram rompidas e restabelecidas. Confirmou não gostava de albergues, devido à política de horários e divisão dos quartos e declarou a vergonha de estar na rua, não se identificando como morador de rua.

A denominação "morador de rua" foi revista pela Secretaria Nacional de Assistência Social, para se adequar a situação vivida por muitos indivíduos como Nilson, que alternam entre se abrigar na rua e em uma casa e que veem em tal designação um caráter pejorativo; logo é utilizado "indivíduos em situação de rua", para melhor abrangência de pertencimento.

3. Fernando, 24 anos, há quatro anos na rua: segundo o entrevistado sua motivação de viver na rua ocorreu após o suicídio da mãe e este migrou de cidades desde então e não deseja voltar a São Paulo, embora sentisse saudades da filha. Debruçou-se no vício do álcool e não se identifica com abrigos; declarou que "eu gosto é da rua mesmo, minhas coisas, meus pertences tão tudo ali naquele terreno". Ele trabalhava com reciclagem e optou por se abrigar nas marquises do Terminal Rodoviário Presidente Castelo Branco ou no terreno baldio ao lado. Disse que através das assistentes sociais obtia o que necessitava para higienização e o dinheiro da reciclagem, em sua maioria, era usado para sustento do vício.

5.1 - PERFIL DA POPULAÇÃO DE RUA EM UBERLÂNDIA

Não é incomum a relação entre indivíduo em situação de rua e a presença de algum vício. Muitas das vezes, ele é utilizado como meio de escape para transtornos pessoais e analisando conversas com assistentes de casas de acolhimento, é considerado o maior bloqueio quanto à permanência dos mesmos nas instituições, visto que são feitas medidas de controle que proíbem o uso de substâncias entorpecentes nesses locais.

De modo geral, a ausência de um domicílio, leva aos indivíduos em situação de rua a desenvolverem uma série de táticas para se adaptarem; as atividades cotidianas como comer, dormir, tomar banho, etc, em um espaço público. Um exemplo analisado durante pesquisas exploratórias foi que em dias de calor intenso muitos optavam por dormirem em praças ou terrenos baldios, em vez de pernovernarem abaixo de marquises.

Quanto às estratégias para obtenção de dinheiro, em Uberlândia percebe-se que a maior parte dos indivíduos em situação de rua, procura trabalhar apenas o suficiente para obtenção do sustento do dia, ou ainda satisfazer a uma necessidade pontual. Serviços informais tais como olhar carros, flanelinhas e procurar materiais para reciclagem, são os exemplos de como tais indivíduos transformam

o local e recriam atividades capazes de fazê-los obter alguma renda.

Por fim, analisando os dados e comportamentos característicos dos perfis de indivíduos em situação de rua, contemplados em Uberlândia, é perceptível, uma aversão desse grupo a controles e regras, tendo necessidade de um local capaz de proporcionar liberdade, com coerção, oferecendo opção ao indivíduo de obter subsídios básicos sem que o mesmo precise pernovernar no espaço e se adequar as regras para ganhar benefícios, proporcionando uma inserção gradual do desejo de uma mudança, aceitando a liberdade de cada sujeito, sem excluí-lo, conforme afirma Lefebvre (2008 [1972], p. 320) "Excluir de grupos urbanos, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização".

5 - O HABITAR A RUA, ACOLHIMENTO E REINTEGRAÇÃO EM UBERLÂNDIA

5.2 – AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM UBERLÂNDIA

A população em situação de rua está presente de forma crescente no cenário das médias e grandes cidades mundiais. Para Uberlândia, de acordo com o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop - previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação nacional de Serviços Sócio assistenciais, se tem a estimativa de 14 mil pessoas em situação de rua.

A mobilidade socioeconômica e geográfica dessa população torna difícil a precisão do número de pessoas na rua da cidade. No entanto, diante da necessidade de delimitar e estimar a população em situação de rua em nosso município, optou-se por um levantamento exploratório na região central, dada a sua característica de maior concentração dessa população. O levantamento procurou identificar os espaços públicos utilizados como moradia, mesmo que não permanentes, tentando conhecer sua distribuição espacial, os tipos de logradouros que são ocupados e o perfil da população.

Seguindo o modelo de levantamento proposto no livro “População de Rua- Quem é, Como vivem e Como é vista”, como pontos de

pernoite, consideram-se lugares públicos, como ruas, calçadas, viadutos, praças, canteiros, onde a população de rua pernoita na parte externa de imóveis, em abrigos improvisados ou ao relento. No caso de abrigos improvisados, foram considerados apenas locais que possuem agrupamento inferior a dez barracos, um agrupamento maior configuraria uma comunidade.

O levantamento exploratório foi realizado dia 11 de Setembro de 2018, no período da noite, percorrendo a cidade, para localizar e caracterizar os pontos de pernoite existentes nas praças da área central, da cidade a partir da identificação inicial daquelas praças nas quais instituições de assistência no município, declaram possuir maior número de indivíduos em situação de rua. O fato de não ter sido incluído prédios abandonados, viadutos, calçadas e demais tipos de logradouros e a abrangência restritiva à parte central, contemplando os bairros Martins e Centro, em um único dia e período, pode gerar números muito divergentes, sendo que até poderá ser medido efetivamente, através de um trabalho censitário.

5.2 – AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM UBERLÂNDIA

Sendo assim foram selecionadas cinco praças para esta análise: Praça da Bíblia, Praça Nicolau Feres, Praça Sérgio Pacheco e Praça Tubal Vilela

A pesquisa realizada identificou 27 pontos de pernoite, com 60 indivíduos ao todo, distribuídos nas quatro praças levantadas, com uma média de 2,2% de pessoas por cada ponto. Observou-se que a região mais próxima a rodoviária é a que concentra o maior número de pessoas em situação de rua, sendo que na Praça da Bíblia há o maior percentual de desabrigados, com 58,33%. Nota-se ainda que a concentração de pontos de pernoite esta

diretamente ligada com as oportunidades de garantir a sobrevivência e de deslocamento.

As praças são os lugares utilizados preferencialmente como dormitório pela população em situação de rua, no contexto Uberlandense. Os indivíduos que pernoitam praticamente nelas, nada carregam consigo apenas poucos alguns utensílios, tais como caixas, caixotes, carroças e alguns poucos equipamentos de cozinha e roupas. Os pertences da população encontravam-se embaixo de bancos, em cima das marquises de pontos de ônibus, pendente em arvores ou em elementos que pudessem oferecer tal apoio

FIGURA 7 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE PONTOS DE PERNOITE ANALISADOS

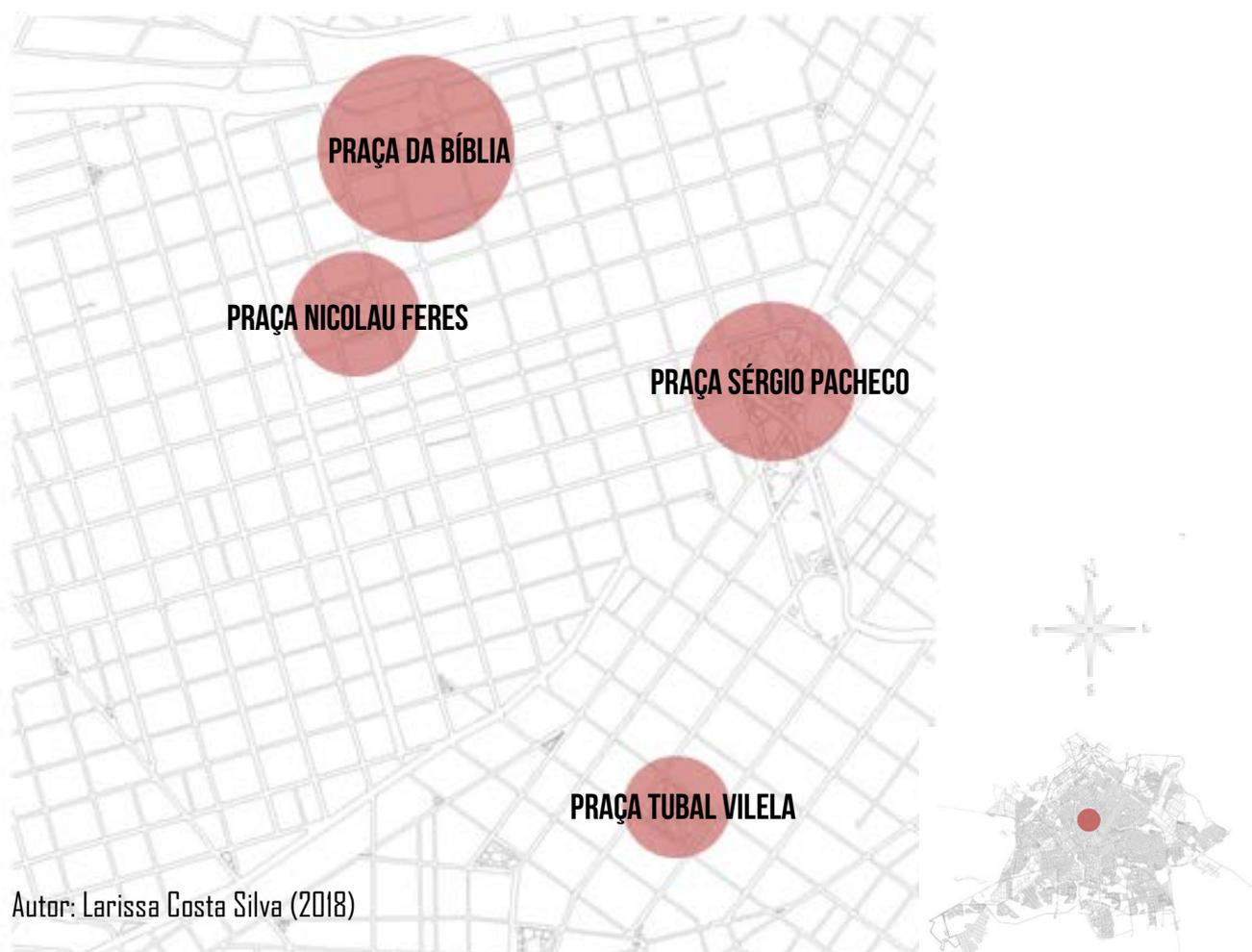


TABELA 1 – NUMERO DE PESSOAS E PONTOS DE PERNOITE

PRAÇAS	PESSOAS		NUMERO DE PONTOS	MÉDIA DE PESSOAS POR PONTO
	Nº	%		
Praça da Bíblia - Bairro Martins	35	58,33	14	2,5
Praça Nicolau Feres - Bairro Martins	7	11,67	2	3,5
Praça Sérgio Pacheco - Centro	15	25	8	1,875
Praça Tubal Vilela - Centro	3	5	3	1
Total				
	60	100	27	2,2

Autor: Larissa Costa Silva (2018)

Também foi possível identificar nas praças onde foram feitos os levantamentos exploratórios, que o perfil de maior expressividade, é de dependentes químicos, seguido por andarilhos.

A identificação dos logradouros frequentes dessa população não é exclusiva de assuntos censitários, acadêmicos ou administrativos, a exclusão social desses indivíduos é amparada por articulações públicas, instituições filantrópicas e grupos da sociedade civil que na prestação de serviços e parcerias geram um acolhimento a estes

indivíduos. Para a realização desse trabalho, procurou-se conhecer alguns desses programas em Uberlândia, princípios norteadores de sua prática, sua visão e organização.

A população de rua em Uberlândia sobrevive, no que se refere a alimentação, basicamente por meio de ações exercidas pelas organizações sociais cunhada pela caridade cristã. O campo de atuação das mesmas opera de maneira diversificada, não se restringindo a distribuição de refeições, mas ajudando também em outras necessidades

5.2 – AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM UBERLÂNDIA

como vestimenta, remédios e encaminhamentos às clínicas médicas, empregos e cidade de origem. O trabalho dessas organizações junto aos indivíduos em situação de rua tem um sentido duplo, ora na prática de seus princípios doutrinários, ora na perspectiva de uma ação social.

Nota-se que o ato da distribuição de comida é permeado por um profundo sentimento religioso, movido pela piedade para com seu semelhante. Ao indagarmos o que motiva o senhor Edivan Nazário, integrante da organização pastoral Anjos da Rua a participar de tal movimento, o mesmo disse que “Através desse ato de querer ajudar o próximo, do

simples fato de sentar, conversar, entregar uma marmita e levar um pouquinho do amor de Deus, quem acaba recebendo somos nós e recebendo em dobro”.

Há uma rede de instituições e grupos autônomos que patrocinam e ordena a distribuição de comida, comumente chamadas de “bocas de rango”, em sua maioria servem gratuitamente refeições, principalmente à noite. Alguns desses grupos foram entrevistados, conforme a tabela abaixo, e foi possível obtermos um panorama reduzido de alguns locais de maior distribuição de alimento e conseqüentemente de permanência de indivíduos em situação de rua.

TABELA 2 – PANORAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTO

Instituições ou grupos	Recinto de distribuição	Alimentação servida	Dias de ação	Nº aproximado de atendidos	Práticas religiosas
Anjos das Ruas	Pç. da Bíblia Pç. Nicolau Feres Pç. Nossa Senhora Aparecida\ Parque Sábia Hemocentro UAI's (variadas)	Alimentação completa - marmitex	Terças-feiras	100	sim
Obreiros do Senhor	Pç. da Bíblia Pç. Sérgio Pacheco Cemitério São Pedro UAI's (variadas)	Sopa	Quinta-feira	250	Não

5.2 – AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM UBERLÂNDIA

Setor de Evangelismo da Assembleia de Deus	Pç. Sérgio Pacheco Pç. da Bíblia UAI's (variadas) CAP'S Hemocentro	Alimentação completa - marmitex	Segunda-feira Sexta-feira	100	Sim
--	--	---------------------------------	------------------------------	-----	-----

Autor: Larissa Costa Silva (2018)

5 - O HABITAR A RUA, ACOLHIMENTO E REINTEGRAÇÃO EM UBERLÂNDIA

5.3 - POLITICAS MUNICIPAIS DE ASSISTENCIA A INDIVIDUOS EM SITUAÇÃO DE RUA

A política pública de assistência social não contributiva é um direito de todo cidadão e um dever do Estado, previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Tal direito é ratificado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 de 1993 e, pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) criado em 2005, para melhorar os serviços da assistência social no Brasil.

O SUAS organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção: Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE). A primeira, PSB, é destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, através de programas de fortalecimentos de vínculos na comunidade e do desenvolvimento de potencialidades dos sujeitos atendidos para indivíduos e famílias em vulnerabilidade social. O segundo tipo de proteção é a PSE, tem como objetivo contribuir para a proteção social de famílias e indivíduos na situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, visando à superação destas situações.

“Em especial, em relação à população em situação de rua, a oferta de atenção especializada na PSE tem como intuito a

construção de novos projetos e trajetórias de vida, buscando a construção do processo de saída das ruas e alcance de referência como sujeita de direitos na sociedade” (MSD, 2011).

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro PDP), previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais, é uma instituição de referência da PSE de Média Complexidade, de natureza pública e estatal, que desenvolve um trabalho especializado à população em situação de rua.

A instituição é responsável pela única ação por parte do poder público municipal, a atender essa parcela da população e tem como propósito dar os primeiros atendimentos aos moradores de rua. Após o primeiro contato com o usuário, a organização tem a função de analisar o perfil dessa pessoa e suas necessidades, podendo encaminhá-lo para a instituição de sua necessidade, seja de saúde, retirada de documentos e/ou uma Unidade de Acolhimento Institucional, para pernoite ou atendimento a longo prazo. Dependendo do caso, a pessoa pode ser encaminhada para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ou

5.3 - POLÍTICAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA A INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE RUA

Centro de Recuperação, em situações de dependentes químicos e alcoólatras.

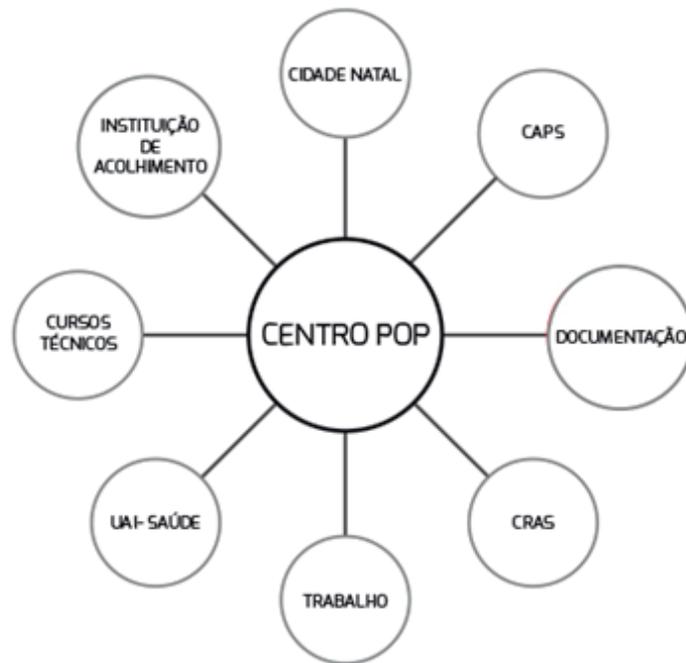


Figura 8: Diagrama de Articulação do Centro POP.
Fonte: Geovanna Moreira de Araújo, 2016.

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua também oferece o Serviço Especializado em Abordagem Social, em que técnicos da unidade vão a pontos estratégicos, locais onde há maior quantidade e concentração de pessoas em situação de rua, com intuito de busca dos indivíduos que queiram sair dessa situação, procurando resoluções de necessidades

imediatas e a realização do acesso, do indivíduo ou família, à rede de serviços sócio assistenciais e das outras políticas públicas, na intenção de garantia dos direitos.

A ação do poder municipal dentro da questão da reinserção social do indivíduo em situação de rua, se mostra importante, mas feita de forma limitada e distante.

5 - O HABITAR A RUA, ACOLHIMENTO E REINTEGRAÇÃO EM UBERLÂNDIA

5.4 – IDENTIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA

A população que apresenta necessidade de moradia e alojamentos tem sido atendida, historicamente, por albergues públicos e privados. Estes atendem à população sem moradia após uma triagem de seleção e encaminhamento se necessário.

Os albergues, quando conveniados à prefeitura, realizam ações emergenciais, uma vez que oferecem abrigo por um curto período. Em Uberlândia, conveniado à prefeitura tem-se o Albergue Noturno Ramatis, localizado na Av. João Pinheiro, numero 3150, bairro Brasil.

A rotina institucional do albergue Ramatis, único albergue de Uberlândia, compreende um conjunto de atividades; os frequentadores têm horários definidos para se utilizar os aposentos, refeitório e do pátio. Essas normas impedem conflitos internos, ao mesmo tempo em que se implementadas de maneira brusca e sem acompanhamento, leva o indivíduo a escolher voltar à liberdade da vida nas ruas.

No que se refere ao encaminhamento ao mercado de trabalho, o albergue conduz os frequentadores a empregos, mas falta acompanhamento desses trabalhadores após o

encaminhamento, especialmente quanto relacionado aos serviços temporários e condições dos mesmos, essa situação tem sido um problema a ser enfrentado para a recuperação social dos indivíduos.

As casas de convivência ou de acolhimento são projetos que manifestam uma relação de parceria entre organizações, sem fins lucrativos, que podem se associar a prefeitura, no trabalho com a população de rua e poder público.

Os serviços das casas de acolhimento são pautados no oferecimento de um espaço no qual os indivíduos que sentem o desejo de reintegração social possam gozar de proteção e criem vínculos de confiança; um lugar de acolhimento e socialização, que favoreça o desenvolvimento da autonomia e recuperação por tempo variável. Para que isso possa acontecer, o projeto da instituição deve ser pautado no olhar individualizado ao acolhido, compreendido a partir de sua história.

Nas casas de acolhimento visitadas em Uberlândia - Casa De Acolhimento Fraternal Santa Gemma Galgani-e Casa De Acolhimento Fraternal Santa Cecília- verificou-se que no

5.4 – IDENTIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA

processo de acompanhamento, os cidadãos que estiverem na residência recebem atendimento de saúde básico, fornecido pelo próprio sistema de saúde pública e incentivo ao contato familiar com enfoque no fortalecimento e reconstrução dos vínculos. Também têm acesso ao encaminhamento para o mercado de trabalho caso o indivíduo demonstre capacidade física e mental para o mesmo.

“A inovação que o sistema das casas de convivência traz diz respeito não só às atividades de convivência e sociabilidade, mas também às práticas alternativas, que visam à organização da população.” Isto por ser norteada por princípios que buscam soluções e recuperação do sujeito a partir de uma individualidade, além de não oprimi-lo com um tempo mínimo ou máximo de permanência, trazendo a liberdade própria, ainda que pautada por regras básicas de permanência.

Em casos de dependência química, os indivíduos que necessitem de auxílio especializado são encaminhados para comunidades terapêuticas. Para o município de Uberlândia, as comunidades de recuperação são instituições privadas sem fins lucrativos e financiadas, em parte, pelo poder público, que oferecem acolhimento para pessoas com

transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de drogas.

São instituições abertas, de adesão exclusivamente voluntária, voltadas a pessoas que desejam e necessitam de um espaço protegido, em ambiente residencial, para auxiliar na recuperação da dependência à droga. O tempo de acolhimento pode durar até 12 meses. Durante esse período, os residentes devem também manter seu tratamento na rede de atenção psicossocial e demais serviços de saúde que se façam necessários.

A equipe de trabalho das Comunidades Terapêuticas necessita apresentar um responsável técnico de nível superior legalmente habilitado, bem como um substituto com a mesma qualificação. Os monitores aplicam as tarefas diárias, acompanham cada interno em sua individualidade e necessidades, ministram palestras diárias e orientam cada interno em sua jornada de volta à vida em sobriedade.

As Comunidades Terapêuticas geralmente apresentam um diferencial em relação a outras instituições orientadas para o tratamento de pessoas viciadas em drogas, esse diferencial é conjugado entre conteúdo do âmbito espiritual com os cuidados advindos da psicologia, psiquiatria e outras ciências

5.4 – IDENTIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA

comportamentais e educacionais, ministradas aos internos.

6

ESTUDOS DE CASO

6.1 - GRUPO RAMATISIANO - ALBERGUE NOTURNO RAMATIS - UBERLÂNDIA

6.2 - CASA DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS DO FUTURO - KERTEMINDE, DINAMARCA

6.3 - PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO – SÃO PAULO



6 - ESTUDOS DE CASO

Foi escolhido três projetos, o Albergue Noturno Ramátis em Uberlândia, a Casa de acolhimento para crianças do futuro, na Dinamarca e a Pinacoteca do Estado de São Paulo, em São Paulo capital. Dentre estes apenas o Albergue Noturno Ramátis oferece um tipo de apoio que trabalha com pessoas em situação de rua, porém todos trouxeram subsídio ao trabalho, seja em questões de desenvolvimento do programa ou questões voltadas à requalificação do edifício. Vale ressaltar que foi desenvolvido outros estudos durante o desenvolvimento do projeto, porém optou-se por dar destaque a estes.

A partir da análise de cada projeto é feito um pequeno comentário, vinculando o estudo de caso e algumas diretrizes deste trabalho.

6 - ESTUDOS DE CASO

Responsável: Marcia da Cunha Farias, assistente social.

Tipo de apoio: Albergue

Local: Av. João Pinheiro, 3150 - Brasil, Uberlândia



Figura 9: Fachada do Albergue Noturno Ramatis
Fonte: Autor (2018)

O Albergue Noturno Ramatis foi fundado em 1965 e é subvencionado pela Prefeitura de Uberlândia e doações. A instituição está implantada no Bairro Brasil, portanto Setor Central, com fachada voltada a Av. João Pinheiro, em um terreno próprio de aproximadamente 1.600 m² e possui aproximadamente 1.457 m² de área construída.



Figura 11: Localização Albergue Noturno Ramatis

Fonte: Geovanna Moreira de Araújo, 2016.

6.1 - GRUPO RAMATSIANO - ALBERGUE NOTURNO RAMATIS

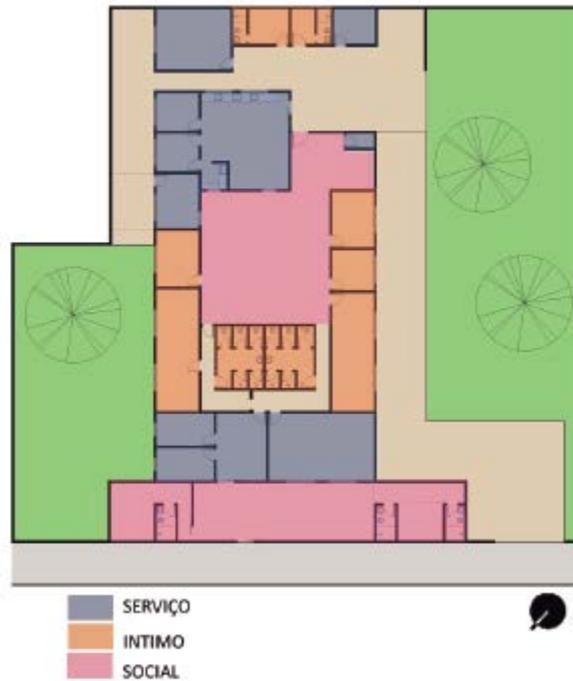


Figura 12: Planta Albergue Noturno Ramatis- Usos
Fonte: Geovanna Moreira de Araújo, 2016.

O acesso principal se dá através da área aberta, local ao qual é destinado para permanência durante o dia (Figura 14), juntamente com dois vestiários, um feminino e



Figura 14: Área de permanência diurna
Fonte: Geovanna Moreira de Araújo, 2016.

um masculino. O refeitório, e as áreas abertas são as únicas áreas de uso comum da instituição (Figura 29).

Figura 13: Acesso ao vestiário/ ala feminina
Fonte: Autor (2018)



Figura 15: refeitório do albergue
Fonte: Autor (2018)

6.1 - GRUPO RAMATISIANO - ALBERGUE NOTURNO RAMATIS

Como área íntima, a instituição conta com cinco quartos masculinos e um feminino, devido à maior demanda de usuários homens, atendendo 45 abrigados. Os quartos são de tamanhos e números de leitos variados, sendo que o único quarto feminino possui oito leitos,

mas, segundo a assistente social, Marcia Faria, é rara a ocupação de todos os leitos destinados às mulheres. Destinado aos funcionários, também há dois ambientes de descanso.

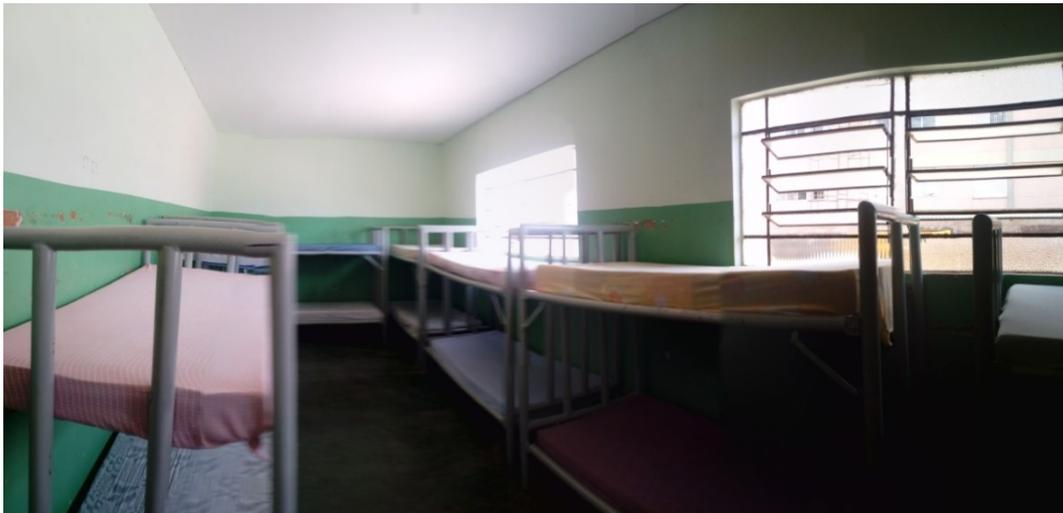


Figura 16: Dormitório feminino
Fonte: Autor (2018)

Na área de recepção, encontra-se a sala de bagagem, destinada aos usuários para o armazenamento de pertences durante o pernoite, a sala da assistente social e a circulação que leva aos dormitórios, sanitários e refeitório. Verificou-se durante o período de visita, que esta recepção possui pouca iluminação e ventilação natural, por ser voltada para o noroeste, recebendo muita radiação direta, não possuindo um conforto térmico satisfatório.

A cozinha (figura 17) e a lavanderia foram recentemente reformadas, devido a exigências da vigilância sanitária. A cozinha hoje possui espaço de cocção, despensa de alimentos e de utensílios, espaço de frizeres para armazenamento de produtos alimentícios e separação entre a saída de comida para o refeitório e a entrada de pratos sujos, através do local de higienização de pratos.

6.1 - GRUPO RAMATSIANO - ALBERGUE NOTURNO RAMATIS



Figura 17: Cozinha

Fonte: Autor (2018).

1. Área de Permanência Diurna;
2. Vestiário Feminino;
3. Vestiário Masculino;
4. Recepção;
5. Maleiro;
6. Sala Assistente Social;
7. Sala de Reunião;
8. Dormitório Masculino;
9. Dormitório Feminino;
10. Lavanderia;
11. Cozinha;
12. Câmara Fria;
13. Despensa;
14. Bebedouros;
15. DML;
16. Depósito/Almoxarifado;
17. Dormitório Funcionários;
18. Estendal;
19. Refeitório.

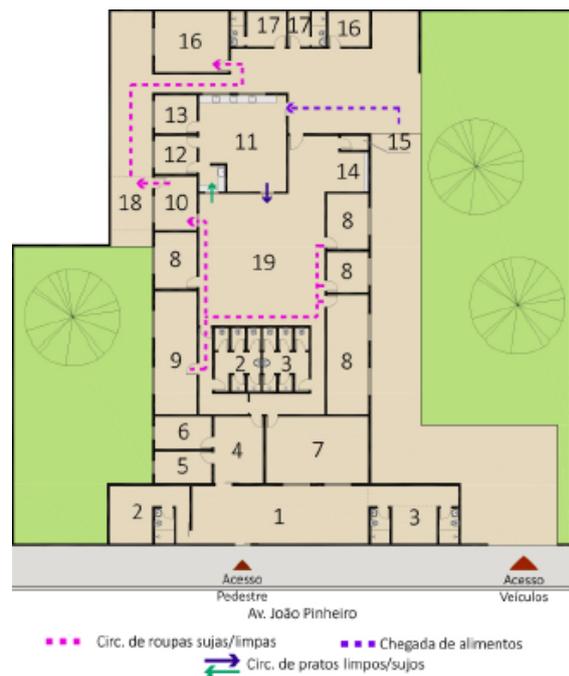


Figura 18: Planta baixa Albergue Noturno Ramatis

Fonte: Geovanna Moreira de Araújo, 2016.

Por ser apenas uma instituição de pernoite, o Albergue Noturno Ramatis não

oferece aos usuários atividades que proporcionem capacitação profissional,

6.1 - GRUPO RAMATISIANO - ALBERGUE NOTURNO RAMATIS

ajudando-os no processo de saída das ruas, oferecendo apenas o encaminhamento à locais com vagas disponíveis e de retirada de documentos. A instituição oferece 10 dias de pernoite; após tal período o indivíduo que não atingiu o objetivo de um emprego, caso não tenha um pedido ou recomendação dos órgãos municipais, tem seu cadastro de acolhimento encerrado.

A visita foi realizada durante o dia, na parte da tarde, logo após o almoço, por isso, a unidade de pernoite estava com poucos acolhidos, que durante a visita realizavam a limpeza da área comum. No entanto é habitual que nas proximidades se possa encontrar várias pessoas esperando o horário em que servem um lanche, ou até mesmo o horário em que a unidade abre para a passagem da noite. Este tempo em que a instituição não fica aberta, com exceção da área frontal, segundo a assistente social, seria para que as pessoas em situação de rua pudessem procurar emprego, conseguir documentos, entre outras atividades, que as ajudassem a sair da situação de rua, mas, na sua maioria, isso não acontece.

As visitas e análises realizadas apontam que o oferecimento exclusivo de albergues não são a melhor proposta quando o objetivo é oferecer apoio necessário para o resgate da

população de rua. Em vista disso para este trabalho, é proposto que o acolhimento seja para além do pernoite e se configure em um apoio que também ofereça capacitação ou que estabeleça parcerias com instituições que oferecem cursos profissionalizantes, além de um acompanhamento psicológico e social.

6 - ESTUDOS DE CASO

6.2 - CASA DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS DO FUTURO

Escritório: CEBRA

Tipo de apoio: Orfanato

Local: Kerteminde, Dinamarca



Figura 19: fachada da casa de acolhimento para crianças do futuro
Fonte: archdaily.

A casa de acolhimento para crianças do futuro acolhe crianças e adolescentes que lutam com problemas de saúde mental, sendo diferente do público alvo do projeto que será desenvolvido nesse trabalho. Porém seu estudo torna-se importante, pois ambos buscam através da arquitetura proporcionar um ambiente seguro, semelhante à moradia tradicional e capaz de desenvolver as relações sociais e do sentido de comunidade, respeitando as necessidades de cada indivíduo.

Serão analisadas, principalmente, as ideias adotadas para criar um ambiente acolhedor, como também soluções criadas para atender ao programa, e aspectos

relativos a forma e volumetria da casa de acolhimento.

Projetado em 2014 pelo escritório de arquitetura dinamarquês CEBRA, em Kerteminde, Dinamarca, tem como base formal da fachada, a representação de uma casa como é imaginada por uma criança. A base geométrica é modificada pelos diferentes perfis de sótão, que crescem dentro e fora do volume do edifício estando ao contrário ou inclusive erguendo-se para formar um novo volume, o que agrega uma variação espacial e flexibilidade funcional da organização do interior.

6.2 - CASA DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS DO FUTURO

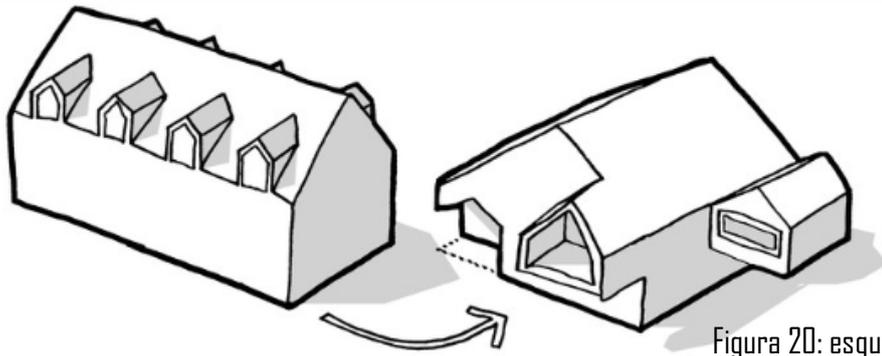
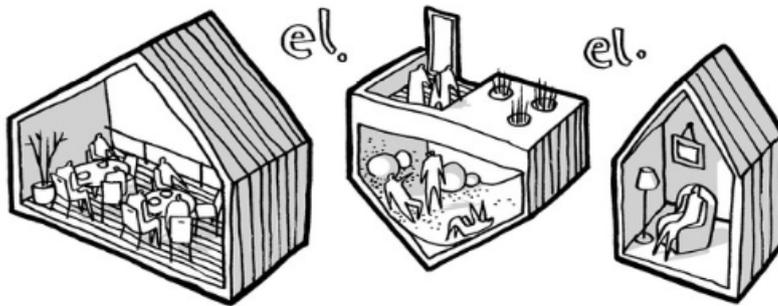


Figura 20: esquema da variação volumétrica e sua referencia base

Fonte: archdaily.



A escala do edifício proporciona diferentes unidades criadas para os diferentes grupos de residentes. Cada grupo, de certa idade, possui seu próprio espaço destinado a um uso flexível em relação à unidade central.

Tal disposição tem como objetivo proporcionar aos residentes um sentimento de pertencimento - um lugar acolhedor onde possam ficar sozinhos ou em grupos menores.



Figura 21: elevações casa de acolhimento para crianças do futuro

Fonte: archdaily.

6.2 - CASA DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS DO FUTURO

A unidade central contém a entrada principal, diretamente relacionada com o estacionamento, o que cria uma visão geral das pessoas que estão chegando ou saindo do edifício sem afetar as unidades habitacionais.

A parte destinada aos adolescentes é a seção do edifício que está orientada para a rua. Os residentes são incentivados a utilizar a cidade e participar das atividades sociais em igualdade com seus colegas.

As típicas funções institucionais como administração, dormitórios e espaço para os trabalhadores do complexo estão principalmente no sótão e no primeiro pavimento para que eles possam obter uma visão geral da vida das crianças e reduzir ao mínimo a sensação de estar em uma instituição.

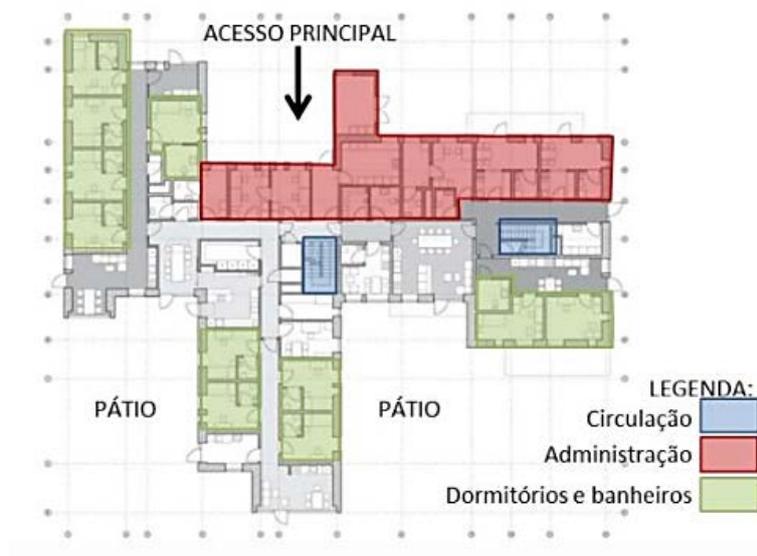


Figura 22: Planta pavimento térreo
Fonte: archdaily.

6.2 - CASA DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS DO FUTURO

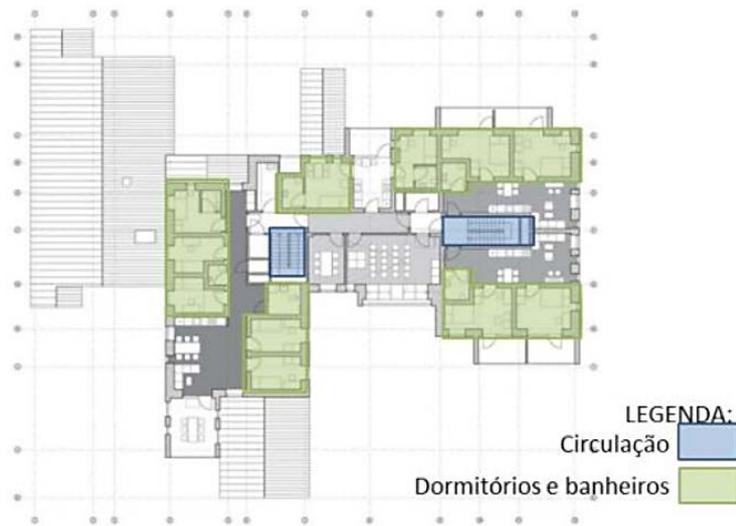


Figura 23: Planta primeiro pavimento
Fonte: archdaily.

A organização racional do edifício assegura pequenas distancias entre as diferentes unidades para que os trabalhadores sempre estejam próximos a todos os residentes. Esse fato garante com que a rotina dos trabalhadores esteja incorporada na rotina das crianças, podendo assim cuidar de todas e passar maior tempo com elas.

Alguns volumes e espaços são liberados para as próprias crianças e usuários "decorarem", os ambientes são pensados de acordo com as necessidades e atividades realizadas.

Figura 24: representação dos diferentes tipos de ocupação

Fonte: archdaily.



6.2 - CASA DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS DO FUTURO

Os tamanhos e orientações diferentes permitem adaptar o amplo programa, com espaços de leitura, espaços para filmes, uma sala pra fazer as tarefas, áreas de pintura e artesanato, salas grandes para atos festivos, etc.

O projeto que será desenvolvido pretende incluir de maneira semelhante a dinâmica de acolhimento mais voltado ao ambiente da casa e menos institucional, trabalhando a reinserção em comunidade também com programas oferecidos nas escolas e instituições próximas.

6 - ESTUDOS DE CASO

6.3 - PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Projeto Original: Ramos de Azevedo (1873)

Projeto de Restauro: Paulo Mendes da Rocha (1998)

Tipo de empreendimento: museu

Local: Praça da Luz, São Paulo - SP,



Figura 25: Fachada da Pinacoteca
Fonte: pinacoteca.org.br

A Pinacoteca de São Paulo é um museu de artes visuais com ênfase na produção brasileira do século XIX até a contemporaneidade. Fundada em 1905 pelo Governo do Estado de São Paulo é o museu de arte mais antigo da cidade.

Ela está instalada no antigo edifício do Liceu de Artes e Ofícios, projetado no final do século XIX pelo escritório do arquiteto Ramos de Azevedo, que depois passou por uma ampla reforma com projeto do arquiteto Paulo Mendes da Rocha no final da década de 1990.

6.3 - PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO numa só construção.

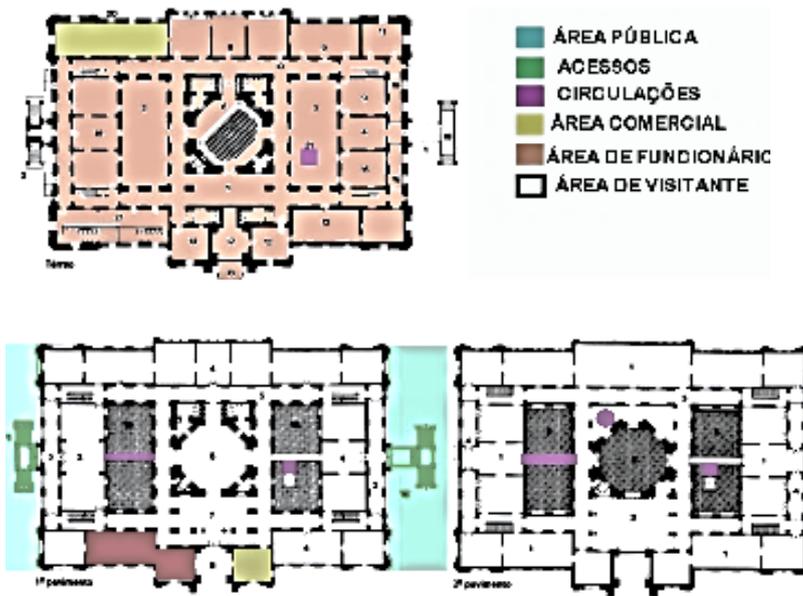
que encontrou diferentes momentos históricos



Figura 26: Liceu de artes e ofícios, 1905
Fonte: <https://br.pinterest.com>

O objetivo primordial da obra foi à adequação do edifício às necessidades técnicas e funcionais para receber definitivamente a Pinacoteca do Estado, cujo

perfil funcional estava perfeitamente delineado pela sua localização urbanística, pelos espaços internos, pelo público potencial e pela idéia de ampliação do acervo, recepção de exposições temporárias e dotação do prédio de toda a infraestrutura necessária.



6.3 - PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Figura 27: Esquema de setorização da Pinacoteca

Fonte: Autor

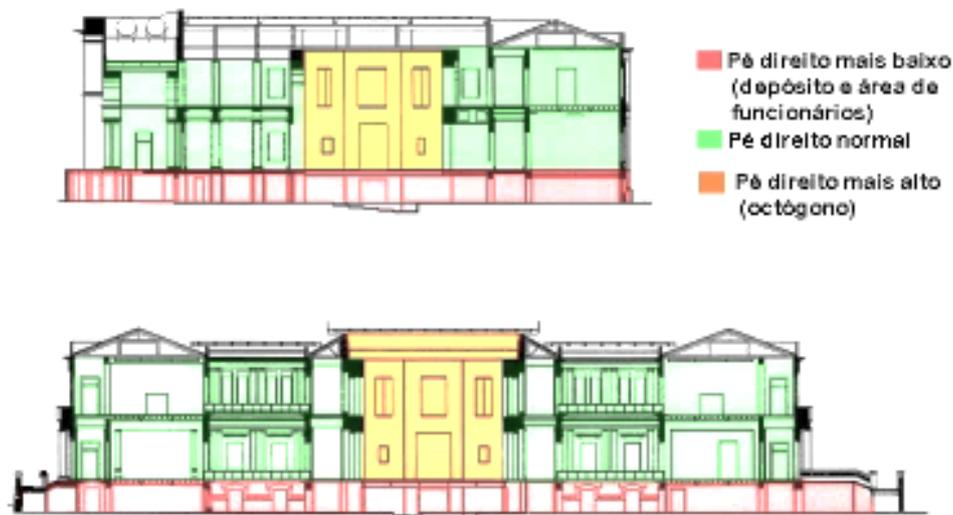


Figura 28: Esquema de espacialidade da Pinacoteca

Fonte: Autor

O projeto procurou resolver os problemas detectados no diagnóstico do prédio: a umidade que degradava as paredes em alvenaria de tijolos de barro; a complicada distribuição das áreas de exposições espalhadas por inúmeras salas e estruturada a partir dos vazios internos conformados por uma rotunda central em forma octogonal e

dois pátios laterais e, ainda, o plano de acesso, comprometido pelas transformações urbanas ocorridas nas áreas entorno do edifício.

Logo propõe uma nova estrutura organizacional. O acesso principal do Liceu dava-se pela Avenida Tiradentes, importante eixo de ligação norte e sul da cidade de São Paulo, alargado nos anos de 1970. Na lateral havia um acesso secundário para a Estação da Luz, obra que posteriormente também receberia intervenção e as demais fachadas voltam-se para o parque da Luz.

Os vazios internos foram cobertos por claraboias planas, confeccionadas em perfis de



Figura 29: Entorno da Pinacoteca

Fonte: www.archdaily.com.br

aço e vidros laminados. Evitou-se a entrada de chuva e garantiu-se, através da ventilação, a reprodução das condições originais de respiração do conjunto dos salões internos. Ao mesmo tempo, possibilitou uma nova utilização desses espaços.



figura 30: Claraboia
Fonte: www.archdaily.com.br

As esquadrias das janelas das fachadas internas puderam ser retiradas e mantidos seus vãos abertos, gerando uma grande transparência e destacando as grossas paredes autoportantes de alvenaria de tijolos.

A construção original foi essencialmente mantida como encontrada, conservadas, inclusive, as marcas dos antigos andaimes e as das ocupações e intervenções anteriores. Todas as intervenções propostas

6.3 - PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO

pelo projeto foram justapostas e tornadas evidentes.

As fachadas externas foram preservadas como se mantiveram nestes 100 anos de existência do edifício. A sua alvenaria de tijolos aparentes é uma imagem forte e marcada na cidade. A solução foi limpar e neutralizar agentes agressivos acumulados pela poluição, manter os incontáveis meandros dos ornamentos esculpidos nos tijolos, muito desgastados, e proteger quimicamente de forma adequada, conservando a cor e textura.

Quanto aos novos materiais utilizados, o aço foi o principal material construtivo adotado. Está presente nas passarelas, nos elevadores, nos parapeitos, nas novas escadas, nas estruturas dos novos pisos e coberturas, nas esquadrias e nos forros. Seu uso foi devido a sua melhor adequação às condições locais de execução, sua leveza (material de desenho) e por estabelecer um diálogo interessante e desejável com a construção original, entre o novo e o antigo.

Quanto ao projeto a ser desenvolvido, visto que é em um edifício pré-existente, do pretende-se adotar um cuidado em relação à memória edifício. Não é objetivo do autor, o conservadorismo puro, mas sim uma leitura do que a arquitetura pode potencializar quanto à requalificação de um espaço de acolhimento.

7

OBJETO DE INTERVENÇÃO

7.1 - HISTÓRICO E ANÁLISE DO EDIFÍCIO

7.2 – ANÁLISE DO ENTORNO

7.3 - DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



7 – OBJETO DE INTERVENÇÃO

7.1 - HISTÓRICO E ANÁLISE DO EDIFÍCIO

Localizado no Bairro Martins, o edifício se mostra como um bem cultural de importante simbologia local, se destacando como marco entre os moradores por possuir um estilo arquitetônico singular, marcado por sua materialidade e pelas arcadas de sua fachada, embora estas, quando analisadas em conjunto com outros elementos do edifício, não se enquadrem com um estilo arquitetônico específico.

O prédio está locado em um terreno de esquina com 1.572,42 m², que faz limite com a Avenida Engenheiro Diniz e a Rua Arthur Bernardes, número 1.178. O edifício possui 3.071,85 m² de área construída, distribuída em quatro pavimentos.

O imóvel foi construído pelo Frei Egidio Parisi, com término da obra estimado em 1968 a partir do reconhecimento dos frades franciscanos da necessidade de alfabetização da população e consequentemente, da construção de colégios e seminários, dando origem ao Colégio Nossa Senhora de Fátima, também conhecido como Colégio dos Freis Franciscanos ou Colégio Franciscano de Nossa

Senhora, que funcionou no edifício até meados de 1971.

Em 1971, a propriedade foi alugada para a Escola Superior de Odontologia e após reformas de adequação em 1972 iniciam-se as aulas no local. Posteriormente em março de 1975 o imóvel é cedido para o Estado de Minas Gerais, que por sua vez doou o edifício avaliado em três milhões de reais a Fundação Universitária de Uberlândia, através de um acordo assinado pelo Secretário Estadual de Administração, deputado Lourival Brasil Pinto, e pelo presidente da Fundação, Milton Magalhães Porto.

Em 1978, a Faculdade de Odontologia foi federalizada e teve suas atividades transferidas para o Campus Umuarama da Universidade Federal de Uberlândia, e o edifício passou a abrigar a reitoria da universidade e a Fundação de Assistência Universitária – FAU - Hoje todas as atividades do edifício foram suspensas, sendo parcialmente utilizado como depósito de arquivo morto e todas as demais atividades antes exercidas foram realocadas para os demais campi e novos edifícios.

7.1 - HISTÓRICO E ANÁLISE DO EDIFÍCIO

Apesar das mudanças de adaptação para novos usos, o imóvel manteve as fachadas principais, com predomínio de revestimento de cerâmica vermelha em uma composição alternada nas cores laranja e amarela, fazendo analogia ao tijolo aparente. Nas demais fachadas, voltadas para os limites lindeiros e as fachadas do interior do átrio, há apenas pintura na cor branca.

O revestimento cerâmico, aliado ao desenho em arcadas que compõem as fachadas principais, confere um caráter bastante peculiar ao bem, reforçando sua identidade singular principalmente se comparado aos edifícios circundante. Na confluência das fachadas, destaca-se o chanfro, juntamente com as varandas presentes em todos os pavimentos, com balaústres para proteção das mesmas. O chanfro marca a entrada principal do prédio, sendo os acessos secundários locados na lateral do edifício na Rua Arthur Bernardes, onde também possui a entrada para o estacionamento privativo do imóvel.

As arcadas são feitas em concreto que recebeu pintura azul; as colunas presentes na fachada possuem revestimento de pastilhas cerâmicas na cor azul claro e violeta, enquanto a parede da entrada principal possui pintura

acrílica acetinada na cor branca. Outra característica marcante e que será uma diretriz a ser conservada no projeto, é a justaposição das janelas, que marca o ritmo de toda fachada.

Os espaços do edifício se desenvolvem em torno de um pátio central, com salas implantadas em todo perímetro, os banheiros de todo edifício possuem dimensões insuficientes, incoerentes com as normas atuais.

O pavimento térreo possui 39 salas, dois banheiros, sendo um masculino e um feminino, duas escadas em lados opostos do imóvel que semelhante à paginação de todo pavimento é feito com piso cerâmico vermelho, as esquadrias das janelas em formato basculante e as portas são de abrir em madeira, sendo que oito delas possuem bandeira em vidro.

O primeiro e segundo pavimento é estruturado através da circulação horizontal de um único corredor central delimitado entre as salas e o guarda corpo que se volta ao vão do átrio, possuem dois banheiros cada e dão seguimento com a circulação vertical. O primeiro pavimento, com 36 salas e piso hidráulico original de 35x35 cm, segue o projeto original, com adequação das salas

7.1 - HISTÓRICO E ANÁLISE DO EDIFÍCIO

através da inserção de divisórias em policloreto de vinila – pvc –, as esquadrias mantem o alinhamento dos demais pavimentos originais sendo estas de vidro basculante e as portas de abrir em madeira. O segundo pavimento por sua vez, possui 28 salas e o piso hidráulico original é disposto em uma configuração diferente.

No terceiro pavimento observa-se uma descontinuidade projetual, provavelmente resultado de um acréscimo mais recente. Sua circulação não é mais orientada pela limitação com o pátio central, sendo a distribuição das 30 salas organizadas através de pequenos corredores internos, o andar possui quatro banheiros, que não seguem a disposição apresentada nos demais pavimentos. O piso do andar, com exceção das escadas, é revestido com material vinílico. A maior parte das salas são constituídas por divisórias, sendo encontrado apenas seis portas em madeira, as janelas internas e externas, possuem quatro folhas em vidro, sendo duas de correr, não seguem as mesmas dimensões e alinhamento das janelas basculantes presente nos demais andares.

As escadas em alvenaria são estreitas com 90 cm de largura, sendo que em alguns trechos do primeiro pavimento para o segundo

ainda preservam, o revestimento original do guarda-corpo em alvenaria, compostos por mosaicos de azulejos azuis e brancos, tais como ao longo de toda face superior do guarda-corpo de alvenaria que limita o corredor aberto do segundo e terceiro pavimento.

Verifica-se no pátio central do edifício uma descaracterização visível, provavelmente ligado as constantes e radicais mudanças de organização e adequação espacial com os serviços prestados e este possui piso em cimento, de maneira semelhante do estacionamento localizado a norte do edifício com entrada feita pela Rua Arthur Bernardes, não possui expressividade e infraestrutura adequada, com uma cobertura em estrutura de madeira e telha de fibrocimento.

Toda estrutura do edifício é feita em concreto armado com vedação de alvenaria convencional. O pé direito predominante no imóvel é de 2,90 m, ocorrendo variação nos banheiros, onde esta medida é inferior e no pavimento térreo com pé direito médio de 4,45 m. A laje é ocultada por forro de gesso em todo prédio e o telhado constituído por telhas de fibrocimento é ocultado por platibanda.

O valor de toda construção esta relacionado com sua história, a relevância que

o edifício possui por ter abrigado instituições de ensino significantes para a região e o caráter arquitetônico marcante pouco comum no entorno. Pelas declarações históricas e descritivas do bem e seguindo a atual vertente de aproveitamento e sustentabilidade, justifica-

7.1 - HISTÓRICO E ANÁLISE DO EDIFÍCIO

se a proposta de intervenção e requalificação arquitetônica que não agrida de maneira destoante a volumetria básica do edifício, assim como o processo de identificação da população com ele.

7 - OBJETO DE INTERVENÇÃO

7.2 – ANÁLISE DE ENTORNO

O edifício da antiga reitoria foi escolhido pelo seu potencial de adequação para o atendimento de apoio à população em situação de rua, próximo a importantes praças de alta presença de indivíduos em situação de rua.

O edifício está implantado em um terreno de esquina, com vias de médio fluxo,

próximo a principal via do bairro - a Avenida Raulino Cotta Pacheco - e de importante marcos locais, como o hospital Santa Geneveva e o Terminal Rodoviário Presidente Castelo Branco, de maneira a se configurar em uma quadra mediadora entre o caráter residencial do bairro e o alto dinamismo encontrado.



Figura 31: mapa de situação

Fonte: Autor (2018).

Para a análise de entorno foi considerado, aproximadamente, 400 m de entorno do terreno para as próximas análises

e levantamento, os quais tem como finalidade auxiliar o desenvolvimento do projeto proposto.

Seguindo uma malha retangular, o entorno próximo se mostra residencial de

7.2 – ANÁLISE DE ENTORNO

baixo gabarito, predominantemente por casas de pavimento térreo, situadas em terrenos com cerca de 300 m² que não se mostram como grande obstáculo para a direção natural do vento.

Observa-se uma concentração de comércio na área junto às avenidas Raulino

Cotta Pacheco e Avenida Fernando Vilela. As residências e edificações de uso misto estão localizadas nas áreas mais periféricas, afastando-se mais desse núcleo comercial. Há pouca arborização na circunvizinhança, sendo a massa de maior expressividade a Praça Nicolau Feres, a uma quadra do objeto de estudo.



Figura 32: análise de gabarito
Fonte: Autor



Figura 33: análise de gabarito
Fonte: Autor

7.2- ANÁLISE DE ENTORNO

O estado consolidado do bairro é facilmente exemplificado pela análise do mapa de cheios e vazios, que demonstra o grande adensamento, não encontrando áreas vazias. Mesmo assim é possível frisar que o bairro continua sendo bem visado para novas dinâmicas, principalmente comercial.

O entorno do terreno apresenta a predominância de vias de médio fluxo, com

boas condições para o tráfego, salientando apenas a falta de infraestrutura quanto ao apoio a ciclistas. As calçadas, por sua vez, observadas no entorno da área, estão em ótimas condições, porém poucas apresentam rampas para portadores de necessidades especiais, faltando também o piso guia.



Figura 34: mapa de cheios e vazios

Fonte: Autor (2018).



Figura 35: mapa de fluxos

Fonte: Autor (2018).



Figura 35: mapa síntese

Fonte: Autor (2018).

O mapa-síntese de uso do solo serviu para mostrar as concentrações mais expressivas de comércio e residência, bem como potenciais locais de podem vir a oferecer apoio ao projeto, a direção de fluxo das vias adjacentes ao edifício e, em relação aos valores paisagísticos e ambientais, afirmou-se a vegetação pouco expressiva local.

Ainda é necessário reforçar que a preservação do edifício contribui para a

consolidação da memória e identidade do bairro, constituindo uma referência, juntamente com a igreja Nossa Senhora De Fátima, localizada a esquerda do edifício, também construída pelos frades franciscanos.

7.2 – ANÁLISE DE ENTORNO

Como parte do processo de projeto, foi feito o as built da edificação como forma de compreender o local a ser requalificado. Para a realização de tal procedimento, foi levantado, com o auxílio de equipamentos métricos e a partir do uso de uma planta, fornecida pela Diretoria de Infraestrutura (DIRIE) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), o levantamento das estruturas, vãos e esquadrias do local.

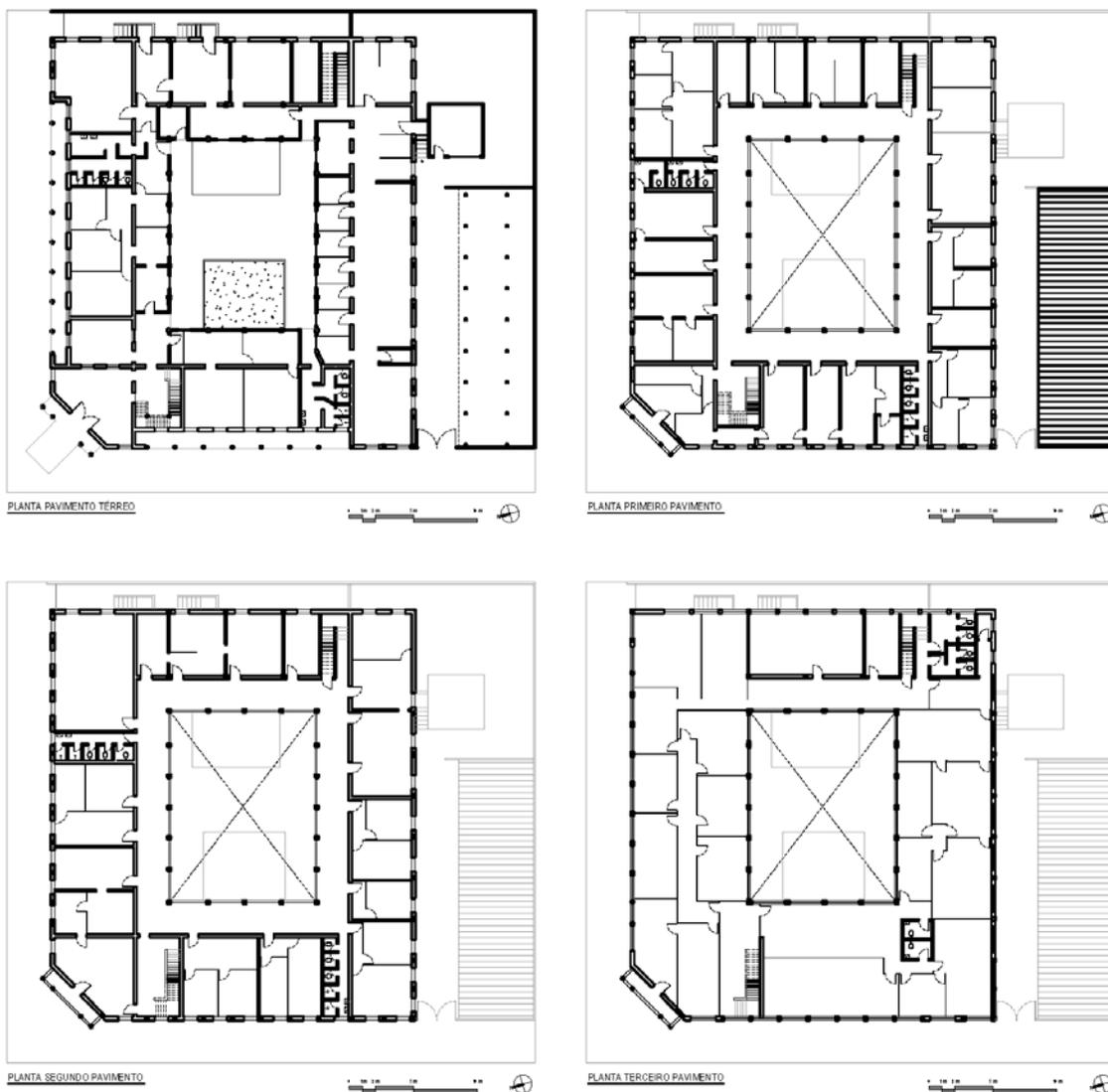
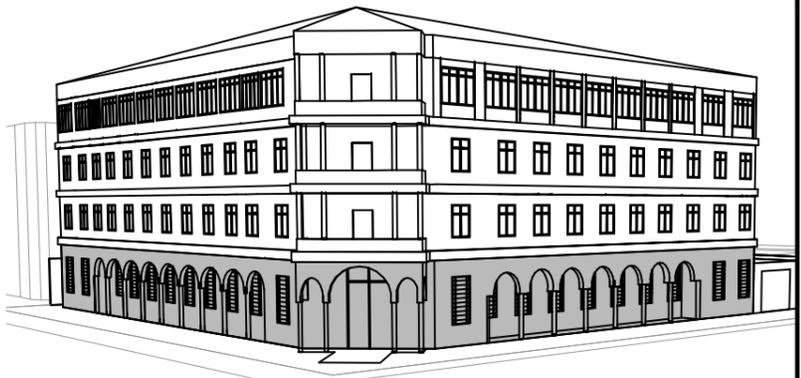
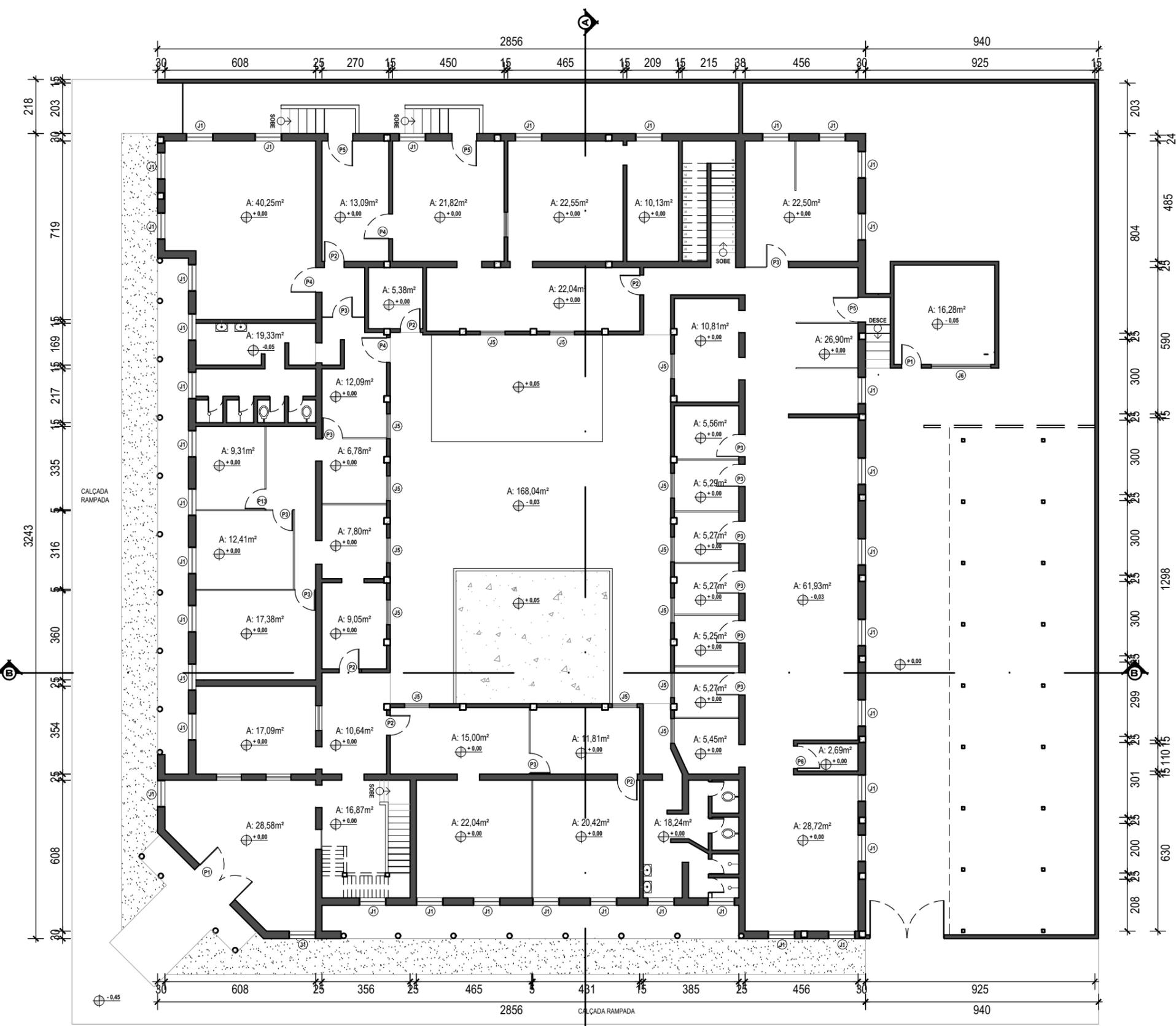


Figura 36: plantas dos pavimentos da edificação escolhida



LOCALIZAÇÃO DO PAVIMENTO

QUADRO DE ESQUADRIAS

P PORTAS			
ITEM	DIMENSÕES (LARG. x ALT.)	TIPO	MATERIAL
P1	200 x 380	ABRIR 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
P2	80 x 210	ABRIR	MADEIRA
P3	80 x 210	ABRIR	DIVISÓRIA
P4	100 x 270	ABRIR	MADEIRA
P5	100 x 210	ABRIR	METÁLICA
P6	90 x 210	ABRIR	MADEIRA

J JANELAS			
ITEM	DIMENSÕES (LARG. x ALT.)	TIPO	MATERIAL
J1	102 x 215 x 100	VITRO BASCULANTE	ALUMÍNIO + VIDRO
J2	97 x 140 x 100	FIXO/ BASCULANTE	ALUMÍNIO + VIDRO
J3	250 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
J4	210 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
J5	100 x 205 x 110	VITRO BASCULANTE	ALUMÍNIO + VIDRO
J6	200 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
J7	195 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
J8	150 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO

PROJETO PRÉ EXISTENTE

LOCAL:
AVENIDA ENGENHEIRO DINIZ 1178

CONTEÚDO:
LEVANTAMENTO MÉTRICO DA EDIFICAÇÃO

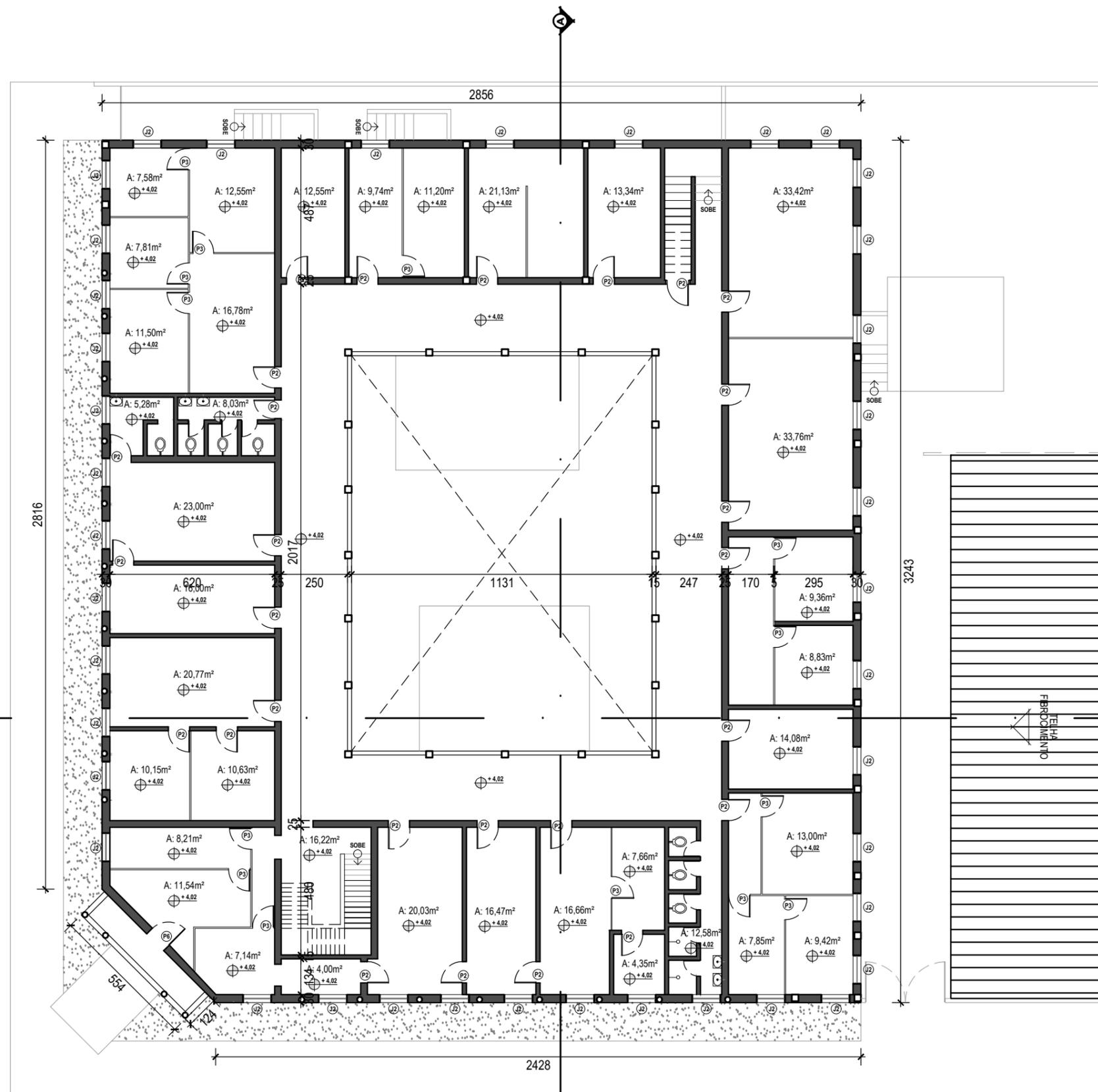
AUTOR:
LARISSA COSTA

ESCALA:
INDICADA

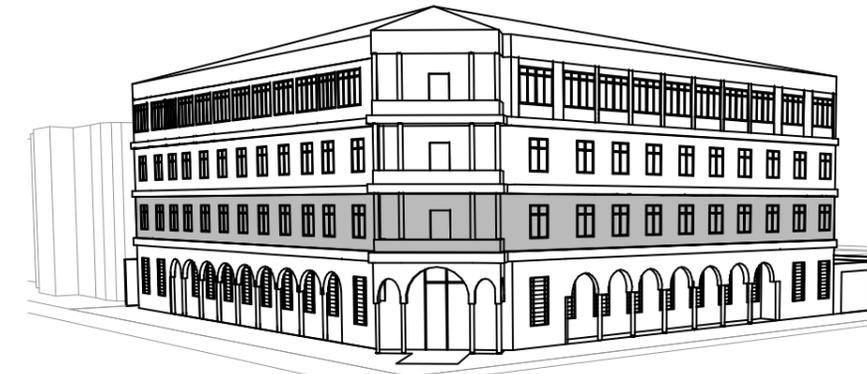
DATA:
03/12/2018

FOLHA:
01/05





PLANTA PRIMEIRO PAVIMENTO
ESC.: 1/175



LOCALIZAÇÃO DO PAVIMENTO

QUADRO DE ESQUADRIAS

P PORTAS			
ITEM	DIMENSÕES (LARG. x ALT.)	TIPO	MATERIAL
P1	200 x 380	ABRIR 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
P2	80 x 210	ABRIR	MADEIRA
P3	80 x 210	ABRIR	DIVISÓRIA
P4	100 x 270	ABRIR	MADEIRA
P5	100 x 210	ABRIR	METÁLICA
P6	90 x 210	ABRIR	MADEIRA

J JANELAS			
ITEM	DIMENSÕES (LARG. x ALT.)	TIPO	MATERIAL
J1	102 x 215 x 100	VITRO BASCULANTE	ALUMÍNIO + VIDRO
J2	97 x 140 x 100	FIXO/ BASCULANTE	ALUMÍNIO + VIDRO
J3	250 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
J4	210 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
J5	100 x 205 x 110	VITRO BASCULANTE	ALUMÍNIO + VIDRO
J6	200 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
J7	195 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
J8	150 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO

PROJETO PRÉ EXISTENTE

LOCAL:

AVENIDA ENGENHEIRO DINIZ 1178

CONTEÚDO:

LEVANTAMENTO MÉTRICO DA EDIFICAÇÃO

AUTOR:

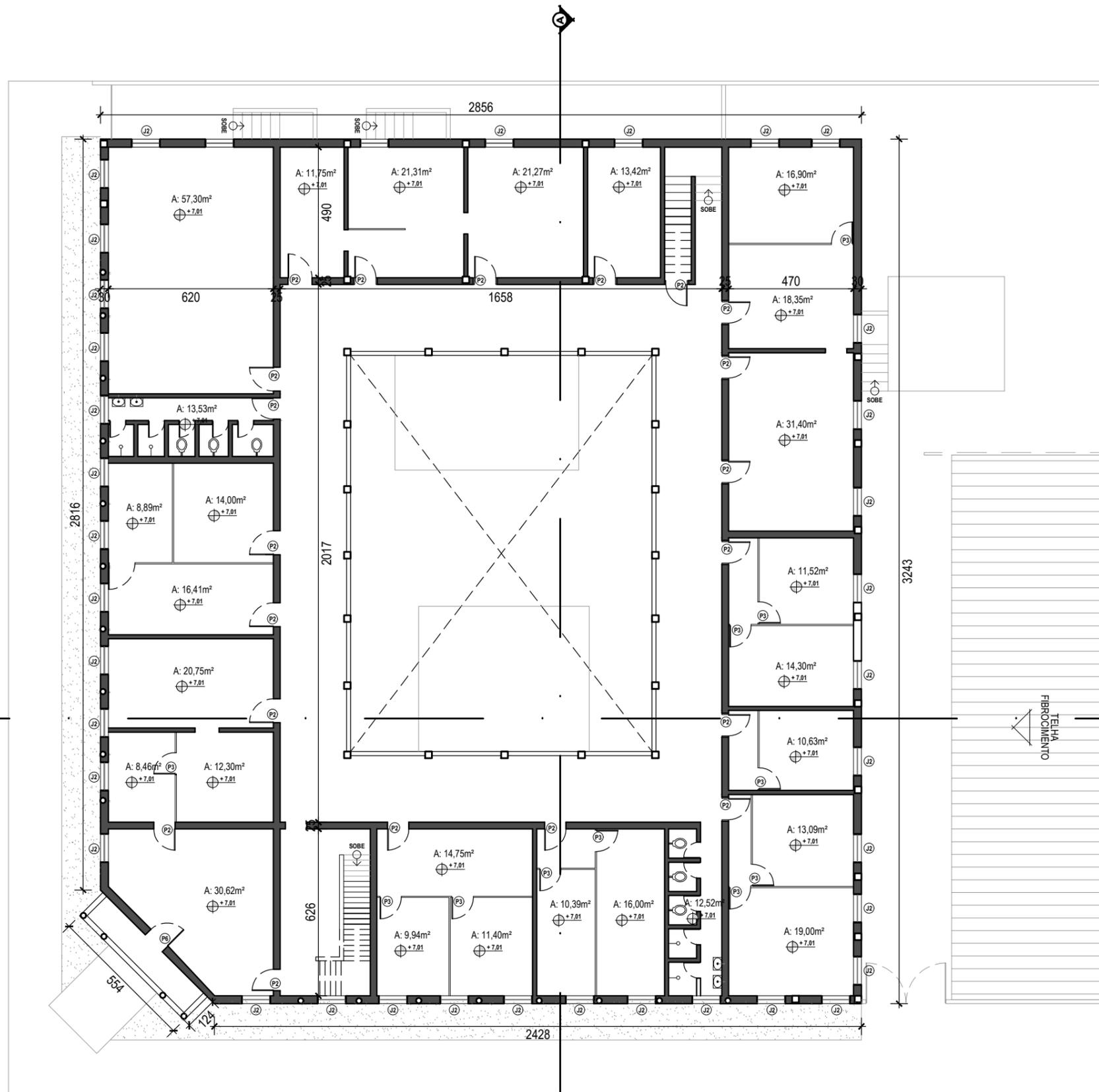
LARISSA COSTA

ESCALA:
INDICADA

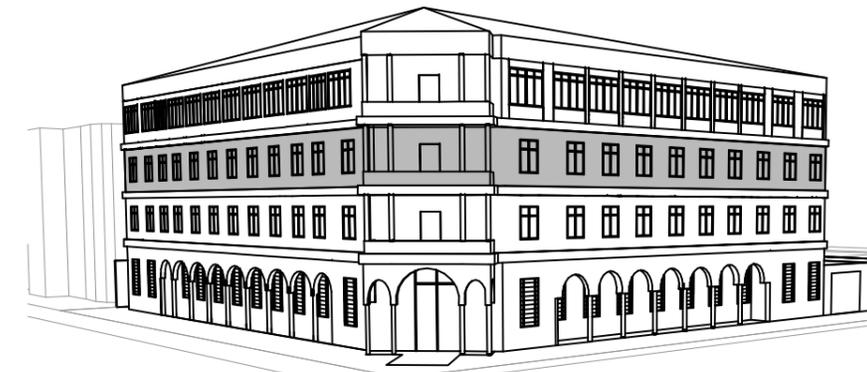
DATA:
03/12/2018

FOLHA:

02/05



PLANTA SEGUNDO PAVIMENTO
ESC.: 1/175



LOCALIZAÇÃO DO PAVIMENTO

QUADRO DE ESQUADRIAS

P PORTAS			
ITEM	DIMENSÕES (LARG. x ALT.)	TIPO	MATERIAL
P1	200 x 380	ABRIR 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
P2	80 x 210	ABRIR	MADEIRA
P3	80 x 210	ABRIR	DIVISÓRIA
P4	100 x 270	ABRIR	MADEIRA
P5	100 x 210	ABRIR	METÁLICA
P6	90 x 210	ABRIR	MADEIRA
J JANELAS			
ITEM	DIMENSÕES (LARG. x ALT.)	TIPO	MATERIAL
J1	102 x 215 x 100	VITRO BASCULANTE	ALUMÍNIO + VIDRO
J2	97 x 140 x 100	FIXO/ BASCULANTE	ALUMÍNIO + VIDRO
J3	250 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
J4	210 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
J5	100 x 205 x 110	VITRO BASCULANTE	ALUMÍNIO + VIDRO
J6	200 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
J7	195 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
J8	150 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO

PROJETO PRÉ EXISTENTE

LOCAL:
AVENIDA ENGENHEIRO DINIZ 1178

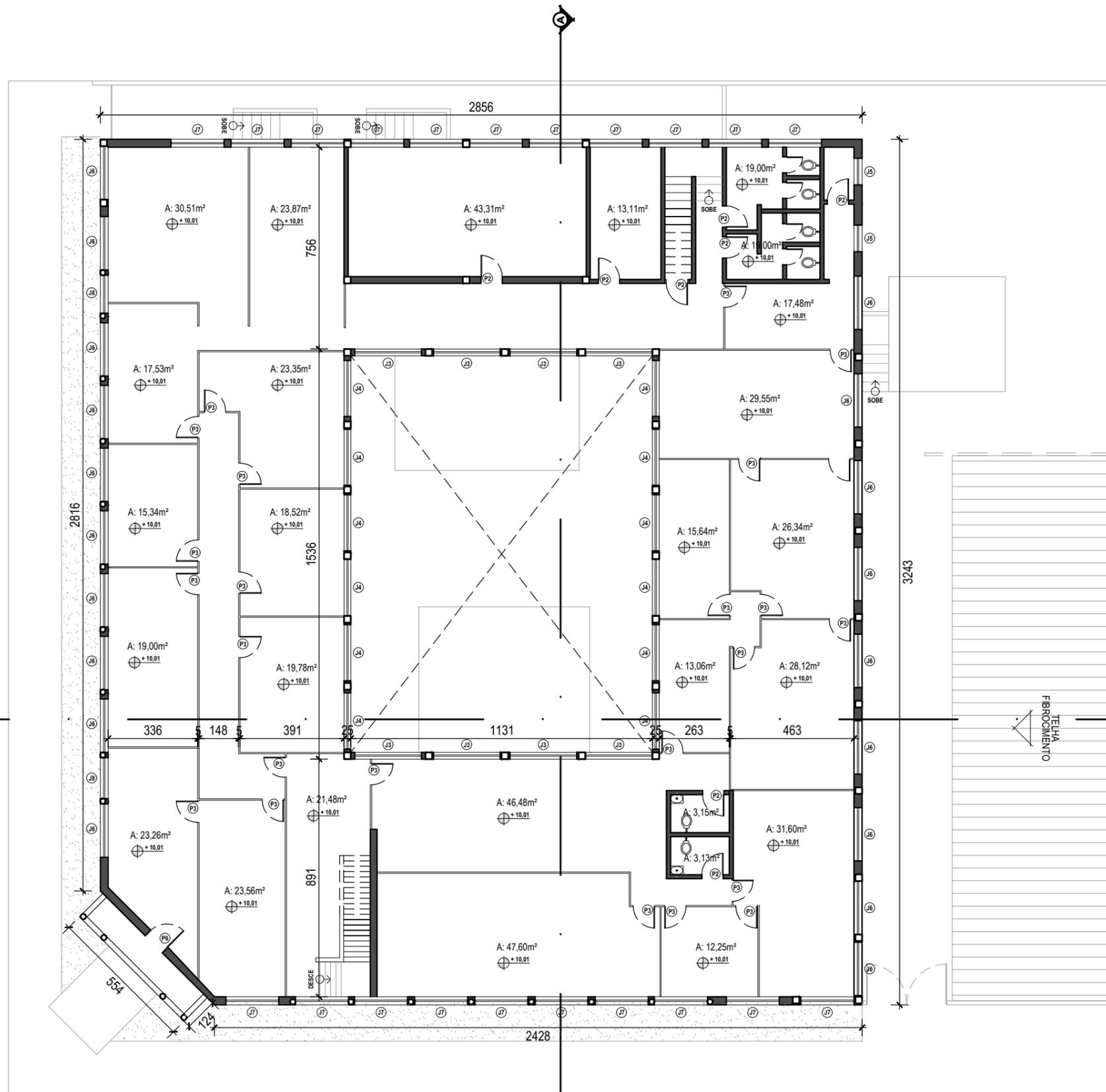
CONTEÚDO:
LEVANTAMENTO MÉTRICO DA EDIFICAÇÃO

AUTOR:

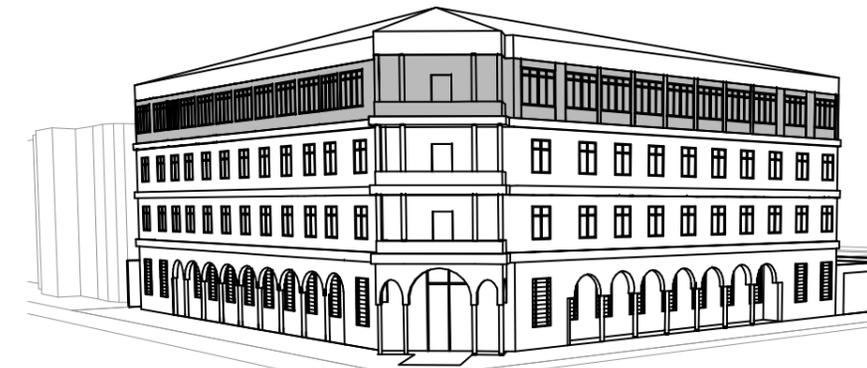
LARISSA COSTA

ESCALA:
INDICADA
DATA:
03/12/2018
FOLHA:

03/05



PLANTA TERCEIRO PAVIMENTO
ESC.: 1/175



LOCALIZAÇÃO DO PAVIMENTO

QUADRO DE ESQUADRIAS

P PORTAS			
ITEM	DIMENSÕES (LARG. x ALT.)	TIPO	MATERIAL
P1	200 x 380	ABRIR 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
P2	80 x 210	ABRIR	MADEIRA
P3	80 x 210	ABRIR	DIVISÓRIA
P4	100 x 270	ABRIR	MADEIRA
P5	100 x 210	ABRIR	METÁLICA
P6	90 x 210	ABRIR	MADEIRA

J JANELAS			
ITEM	DIMENSÕES (LARG. x ALT.)	TIPO	MATERIAL
J1	102 x 215 x 100	VITRO BASCULANTE	ALUMÍNIO + VIDRO
J2	97 x 140 x 100	FIXO/ BASCULANTE	ALUMÍNIO + VIDRO
J3	250 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
J4	210 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
J5	100 x 205 x 110	VITRO BASCULANTE	ALUMÍNIO + VIDRO
J6	200 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
J7	195 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
J8	150 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO

PROJETO PRÉ EXISTENTE

LOCAL:
AVENIDA ENGENHEIRO DINIZ 1178

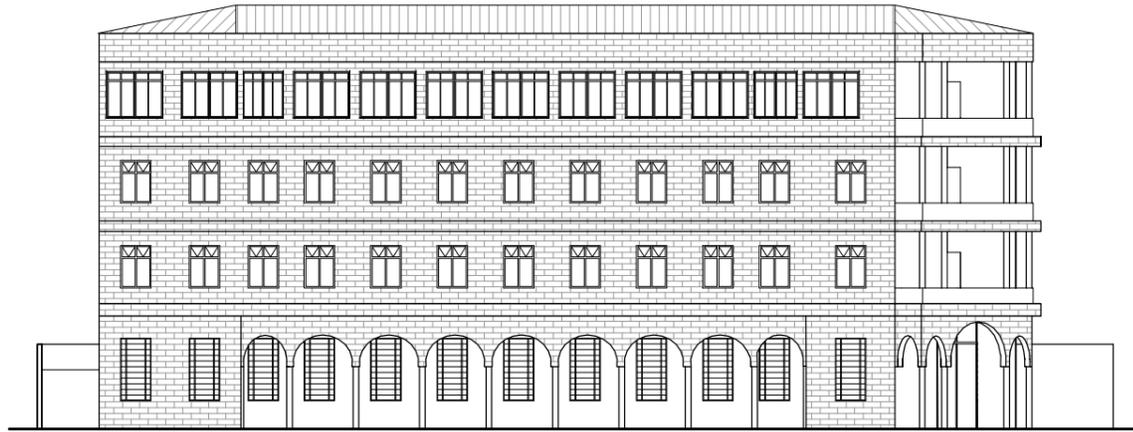
CONTEÚDO:
LEVANTAMENTO MÉTRICO DA EDIFICAÇÃO

AUTOR:

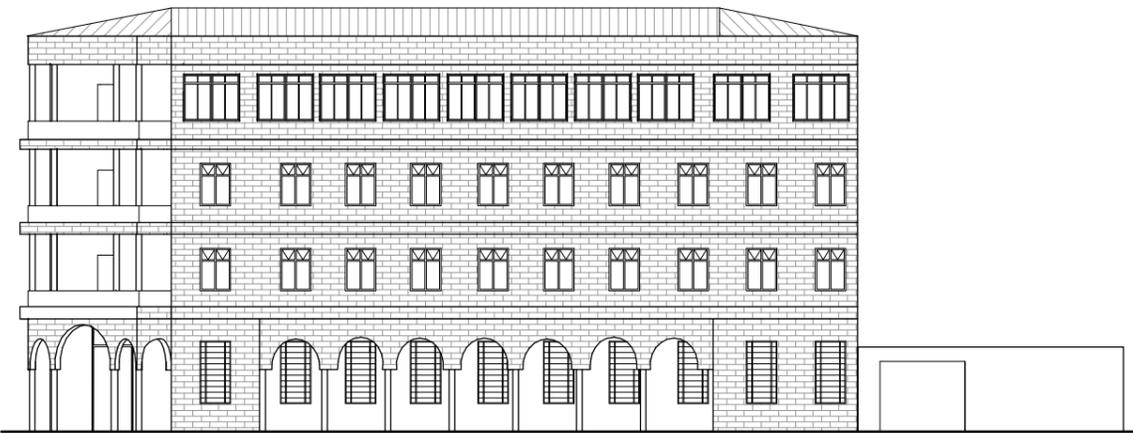
LARISSA COSTA

ESCALA:
INDICADA
DATA:
03/12/2018
FOLHA:

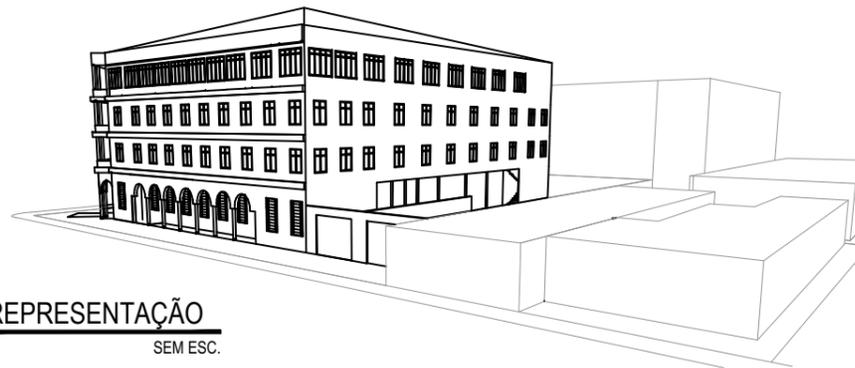
04/05



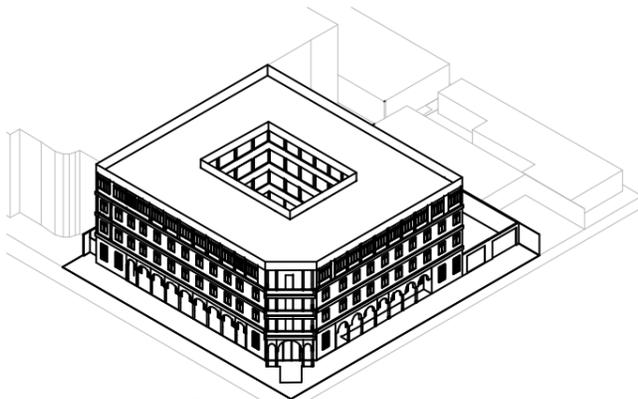
FACHADA AV. ENGEHEIRO DINIZ
ESC.: 1/250



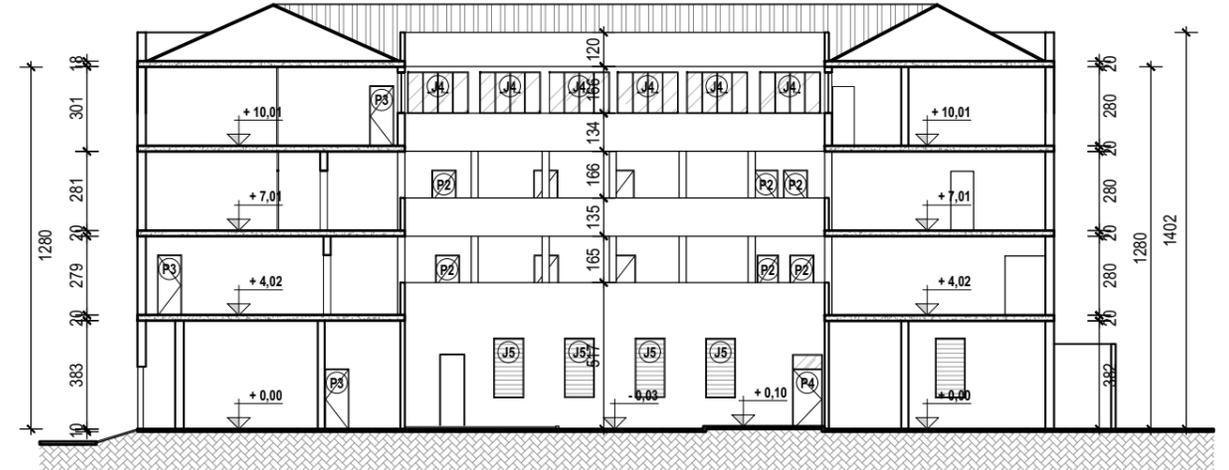
FACHADA RUA ARTHUR BERNADES
ESC.: 1/250



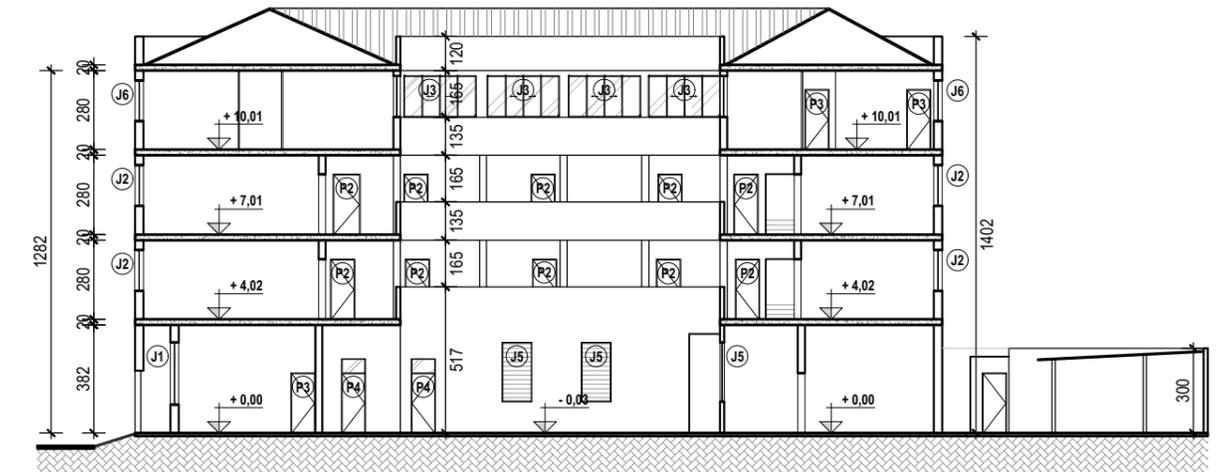
REPRESENTAÇÃO
SEM ESC.



REPRESENTAÇÃO
SEM ESC.



CORTE AA
ESC.: 1/250



CORTE BB
ESC.: 1/250

QUADRO DE ESQUADRIAS

P PORTAS			
ITEM	DIMENSÕES (LARG. x ALT.)	TIPO	MATERIAL
P1	200 x 380	ABRIR 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
P2	80 x 210	ABRIR	MADEIRA
P3	80 x 210	ABRIR	DIVISÓRIA
P4	100 x 270	ABRIR	MADEIRA
P5	100 x 210	ABRIR	METÁLICA
P6	90 x 210	ABRIR	MADEIRA
J JANELAS			
ITEM	DIMENSÕES (LARG. x ALT.)	TIPO	MATERIAL
J1	102 x 215 x 100	VITRO BASCULANTE	ALUMÍNIO + VIDRO
J2	97 x 140 x 100	FIXO/ BASCULANTE	ALUMÍNIO + VIDRO
J3	250 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
J4	210 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
J5	100 x 205 x 110	VITRO BASCULANTE	ALUMÍNIO + VIDRO
J6	200 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
J7	195 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO
J8	150 x 160 x 100	CORRER 2 FOLHAS/ FIXA 2 FOLHAS	ALUMÍNIO + VIDRO

PROJETO PRÉ EXISTENTE

LOCAL:

AVENIDA ENGENHEIRO DINIZ 1178

CONTEÚDO:

LEVANTAMENTO MÉTRICO DA EDIFICAÇÃO

AUTOR:


LARISSA COSTA

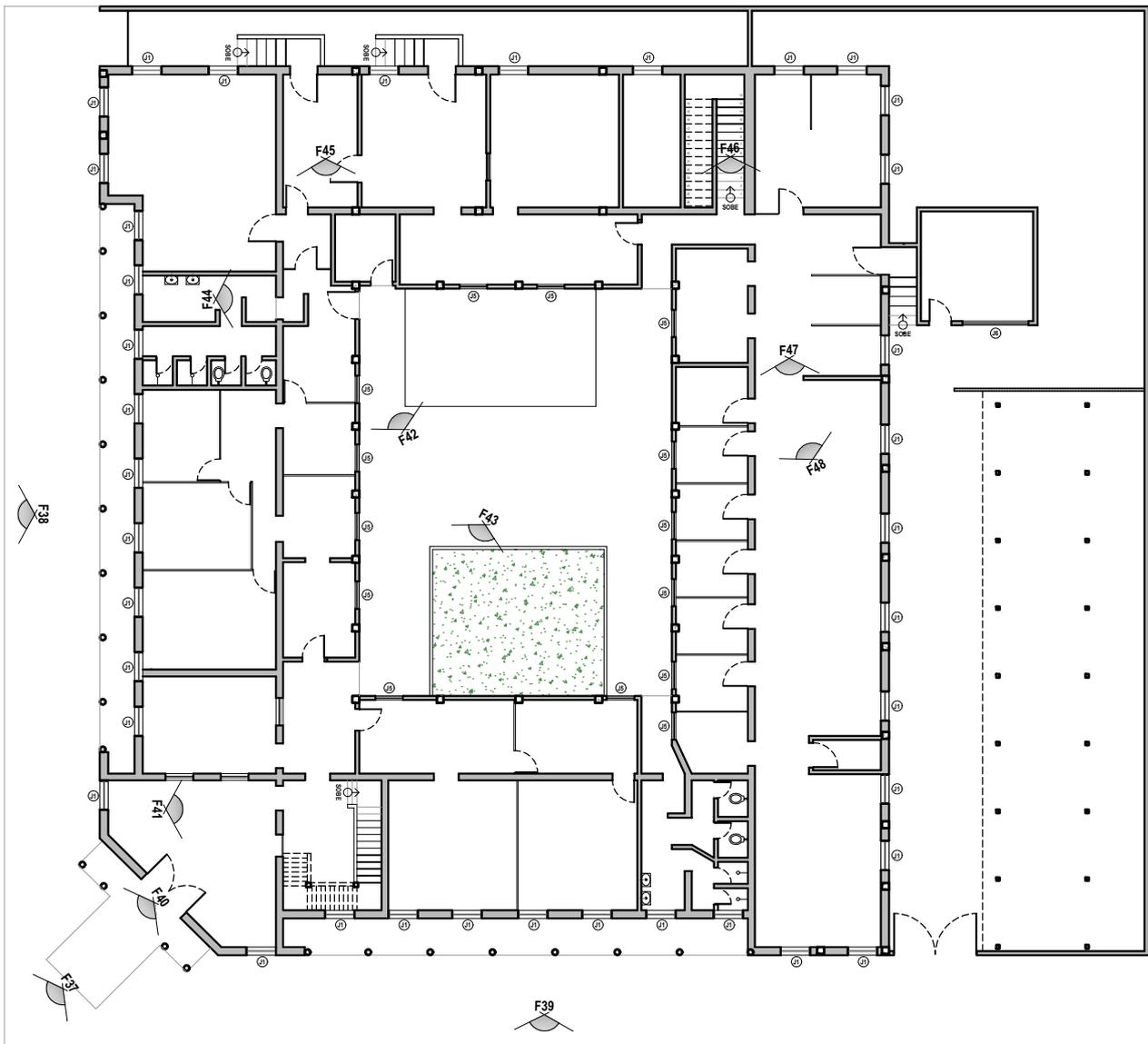
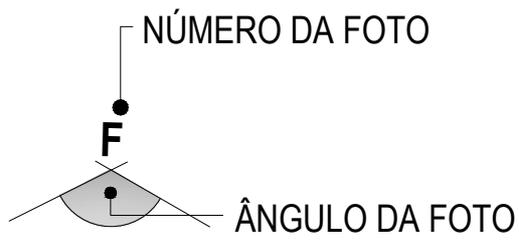
ESCALA: INDICADA DATA: 03/12/2018

FOLHA:

05/05

7 - OBJETO DE INTERVENÇÃO

7.3 - DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



PLANTA PAVIMENTO TÉRREO

0 1m 2m 5m 10m



7.3 - DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 37: vista do encontro da Avenida Engenheiro Diniz e Rua Arthur Bernardes



Figura 38: fachada lateral, vista pela Avenida Engenheiro Diniz



Figura 39: fachada lateral, vista pela Rua Arthur Bernardes



Figura 40: porta de acesso para pedestres ao edifício



Figura 41: espaço de recepção do edifício



Figura 42: mobiliário fixo do pátio central

7.3 - DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 43: vegetação existente no pátio central



Figura 44: precariedade dos banheiros



Figura 45: sala sendo utilizada como depósito



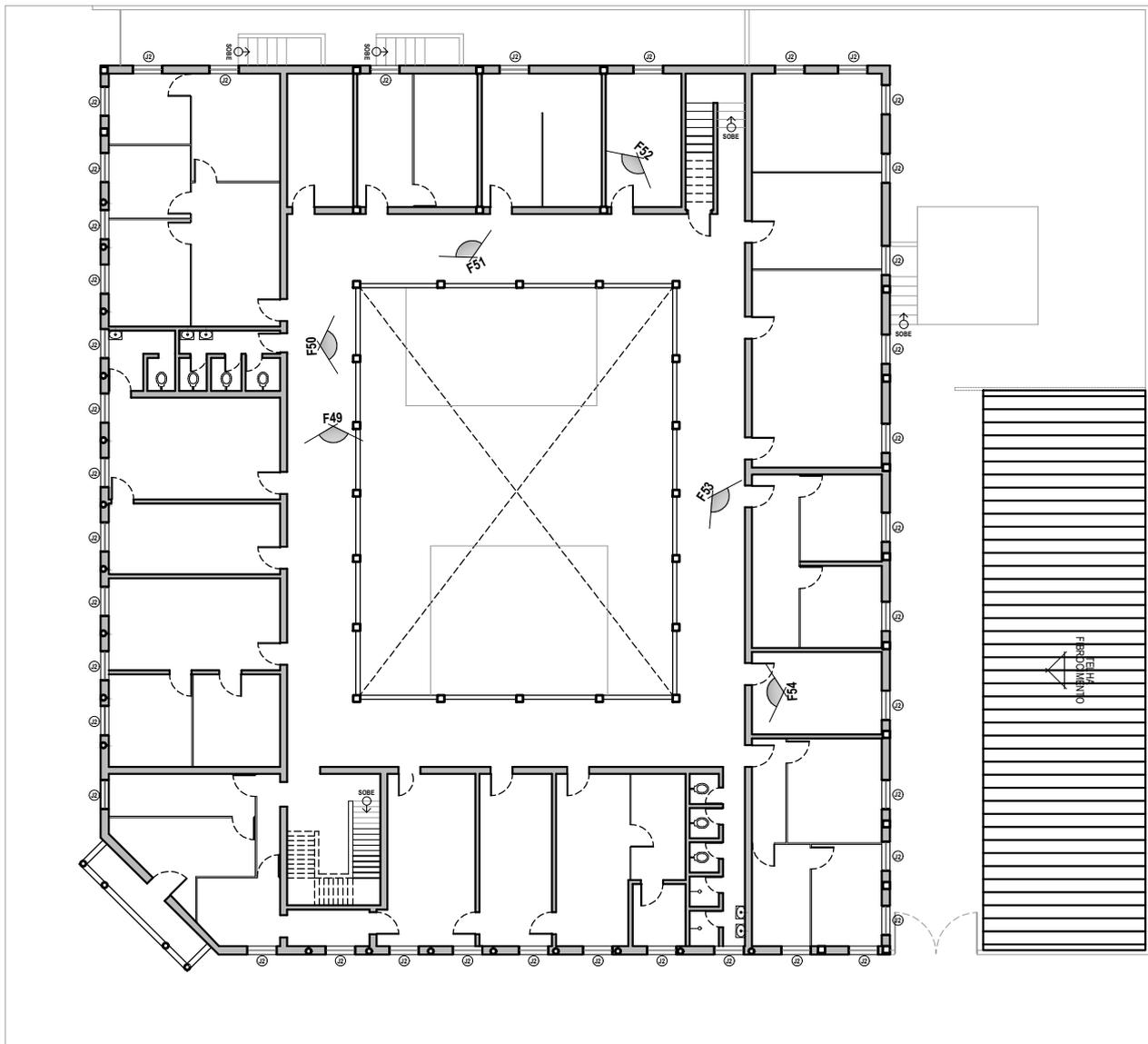
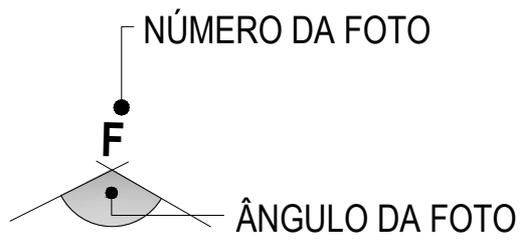
Figura 46: escada estreita que dá acesso ao primeiro pavimento



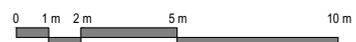
Figura 47: instalações da cozinha



Figura 48: piso e janela tipo de todo pavimento



PLANTA PRIMEIRO PAVIMENTO



7.3 - DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 49: piso tipo do pavimento de ladrilho hidráulico.



Figura 50: passagem estreita de acesso ao banheiro



Figura 51: visão do pátio central pelo primeiro pavimento



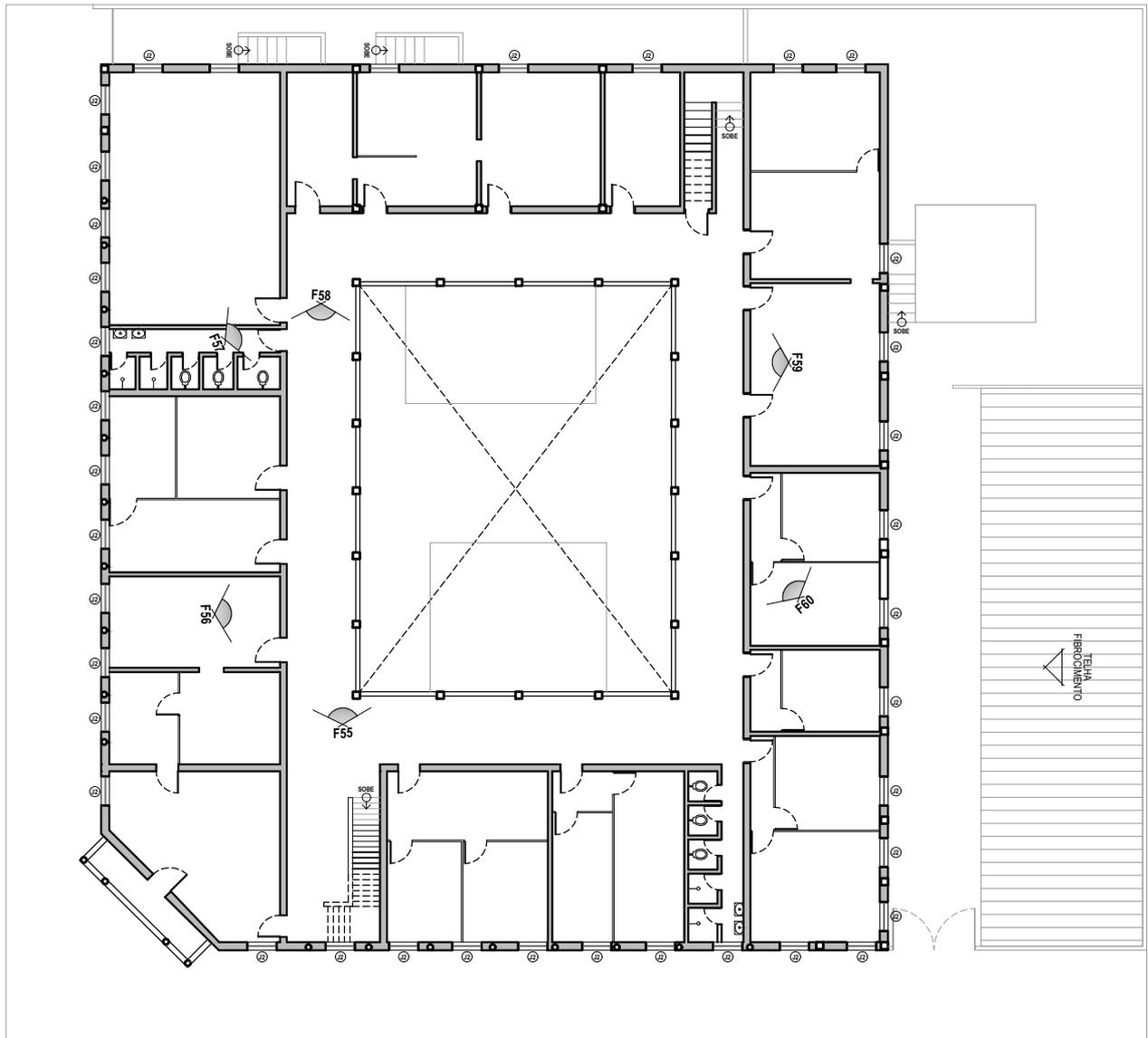
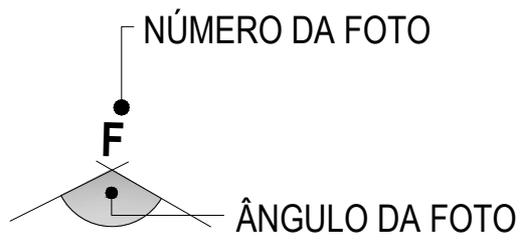
Figura 52: utilização das salas para depósito de arquivos mortos



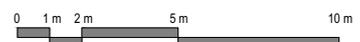
Figura 53: tubulação aparente no pátio central



Figura 54: esquadrias quebradas



PLANTA SEGUNDO PAVIMENTO



7.3 - DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 55: escada de acesso ao terceiro pavimento



Figura 56: utilização das salas para depósito de arquivos mortos



Figura 57: passagens estreitas para cabines dos sanitários



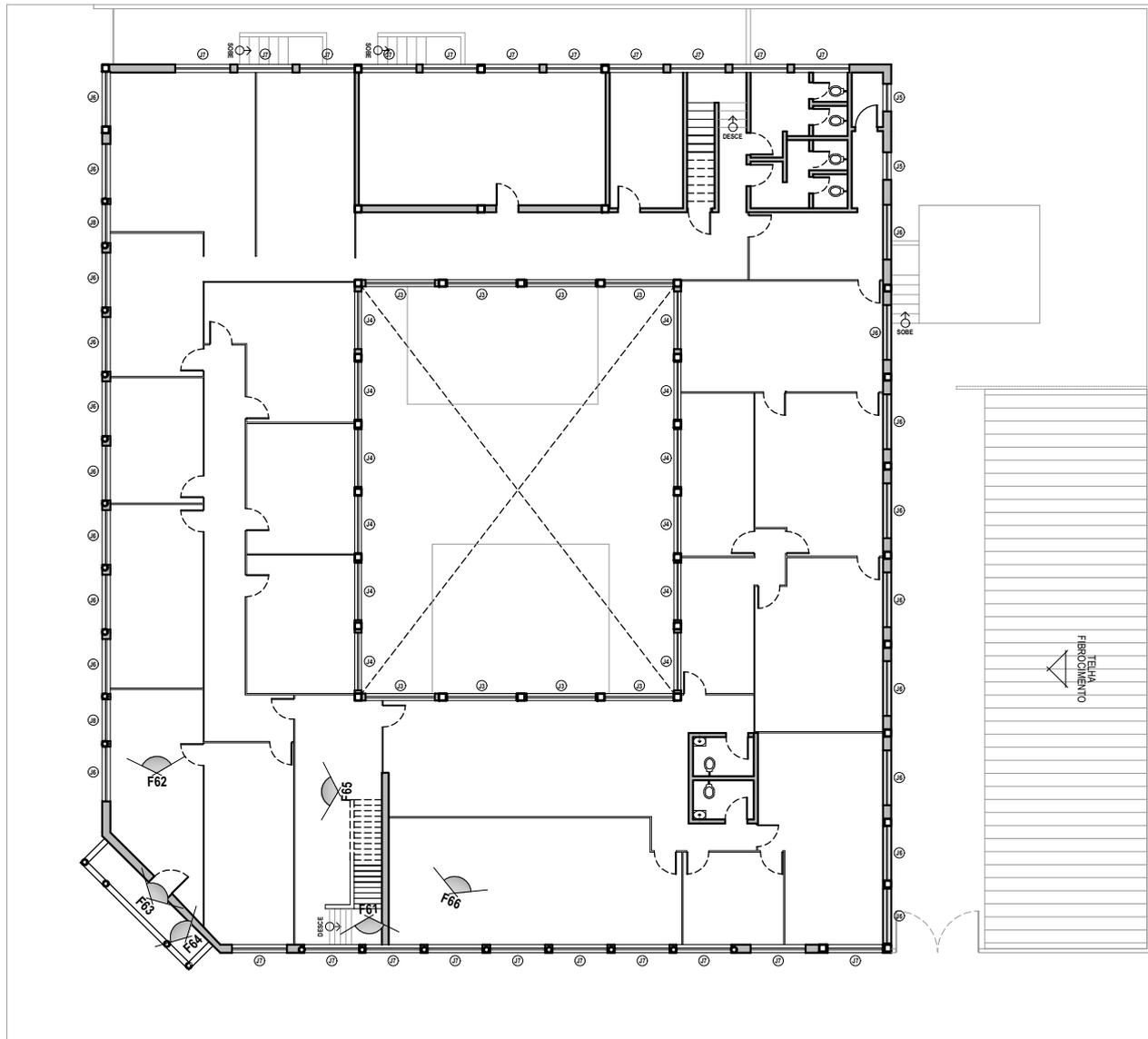
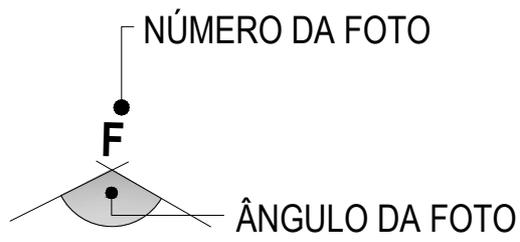
Figura 58: piso tipo do segundo pavimento



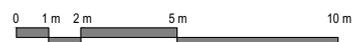
Figura 59: dutos de fiação aparente



Figura 60: utilização das salas para depósito de arquivo morto



PLANTA TERCEIRO PAVIMENTO



7.3 - DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 61: escada do último pavimento



Figura 62: piso tipo do pavimento de vinílico



Figura 63: visão do entorno da sacada do último pavimento



Figura 64: detalhe do desenho da guarda corpo e deterioração do revestimento dos pilares com pastilhas hidráulicas



Figura 65: resquícios da ocupação do edifício pelo setor administrativo da universidade Federal de Uberlândia



Figura 66: dutos de fiação aparente

8

PROJETO

8.1 - CONDICIONANTES LEGAIS

8.2 - DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO

8.3 - DIRETRIZES DE USO E PROGRAMA



8 - PROJETO

8.1 - CONDICIONANTES LEGAIS

A lei complementar nº 525, de 14 de Abril de 2011, que se refere ao parcelamento e zoneamento do uso e ocupação do solo no município de Uberlândia, determina alegações em relação a áreas específicas, promovendo diferenciações de uso, ocupação e gabarito em diferentes parcelamentos do perímetro da cidade.

Estabelece-se que o edifício de referência para o projeto se localiza em uma Zona Residencial 2 (ZR 2), que é a zona da cidade que acomoda a função habitacional, mas que permite atividades de pequeno e médio portes, compatíveis com este uso. O bairro Martins possui uma infraestrutura e serviços que são aproveitados, em geral, para uso local.

TABELA 3 - ADEQUAÇÃO DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS

Zona	Taxa de Ocupação Máxima (%)	Coefficiente de Aproveitamento Máximo	Afastamento Frontal Mínimo (m)	Afastamento Lateral e Fundo Mínimo (m)	Testada Mínima (m)	Área Mínima do Lote (m ²)
ZR2	60	2,75	3	1,5	10	250

Fonte: Lei complementar nº 525 - parcelamento e zoneamento do uso e ocupação do solo no município de Uberlândia (2011).

Como indicado na Tabela do Anexo VII da Lei Complementar Nº 525/2011, a taxa ocupação máxima nas zonas residencial 2 é de 60%, podendo chegar até quatro pavimentos, no caso de verticalização. A área máxima permitida para ocupação térrea do terreno escolhido é de 7.587 m², o que equivale a 48,25% da área total do terreno, estando assim dentro da lei.

A partir da consulta feita à Secretária de Planejamento Urbano de Uberlândia,¹ foi verificado que o centro de acolhimento proposto se enquadra na classificação de albergue assistencial, que por sua vez, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas-Fiscal, é definido como local onde são exercidas atividades de

¹ Consulta feita em 04 de Setembro de 2018

8.1 - CONDICIONANTES LEGAIS

assistência social a desabrigados temporariamente e outras categorias especiais de pessoas com impedimentos para viverem por conta própria, exceto idosos e incapacitados físicos ou mentais. Logo se conclui que o projeto a ser desenvolvido se encaixa no uso adequado para a zona em que se encontra o terreno de implantação.

Para o desenvolvimento da proposta também foi verificado que a Norma de Vigilância Sanitária do Município de Uberlândia, lei complementar nº 524, de 08 de abril de 2011, que institui o Código Municipal de Obras do Município de Uberlândia e de seus distritos, seção II, especifica:

Art. 84. Os estabelecimentos de hospedagem compreendem casas de pensão, pensionatos, alojamentos, internatos, hotéis, apart hotéis, asilos, orfanatos, motéis e albergues.

Art. 85. As instalações sanitárias de uso coletivo serão separadas por sexo e deverão:

I – ter acessos independentes;

II – dispor de um lavatório, um vaso e um chuveiro para cada 36m² ou fração de área de dormitório;

III – não distar de qualquer dormitório mais que 30m;

IV – estarem localizadas no mesmo pavimento dos dormitórios a que servem.

Art. 86. Nos estabelecimentos de hospedagem os dormitórios deverão ter área mínima de 7m².

Art. 89. Os asilos, orfanatos, albergues e estabelecimentos congêneres, deverão:

I – ter quarto destinado às pessoas que estejam doentes e necessitem de isolamento;

II – ter área para recreação, lazer e atividades esportivas, arborizadas ou ajardinadas com área não inferior a 10% (dez por cento) da área edificada;

III – se houver locais para atividades escolares, atender às normas vigentes.

Diante das análises dos aspectos do terreno, entorno e das características relacionadas aos usos, gabarito e ambiente, assim como a legislação que define o uso, ocupação do solo e as normas sanitárias, as

8.1 - CONDICIONANTES LEGAIS

diretrizes para o desenvolvimento do projeto buscam a integração do usuário e ambiente,

em um programa que atenta às necessidades observadas.

8 - PROJETO

8.2 – DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO

Para a elaboração do projeto foi imprescindível a análise das características físico-construtivas e estéticas do edifício, sua localização e a sua historicidade, considerando sua importância para a configuração do espaço da comunidade local o que conduz à escolha de manter os principais elementos definidores das fachadas principais. Assim, coloca-se com destaque a preocupação em estabelecer um diálogo entre as com as características existentes das fachadas, reconhecidos como importantes elementos de conexão deste com a memória coletiva e marco urbano, e a configuração básica da planta com o pátio central.

Figura 68: Foto da fachada do edifício, quando este era sede da Policlínica da Odontologia em 1975.
Fonte: Wander Pereira – As representações e práticas sociais acerca da gênese da faculdade de odontologia de



Figura 67: Foto da fachada atual do edifício
Fonte: <https://earth.google.com>



Uberlândia (1966-1978)

8.2 – DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO

As análises e estudos sobre o edifício indicam que o edifício sofreu pequenas alterações ao longo dos anos, das quais se destacam a mudança do telhado, com a substituição da telha francesa pela de telha fibrocimento; o fechamento da sacada do último pavimento; a demolição da mureta que circuncidava o imóvel nos alinhamentos laterais do terreno; a criação de um paisagismo e a mudança de coloração dos pilares e arcadas para o uso da cor azul, provavelmente com intuito de afirmar as cores da universidade, quando o edifício foi utilizado para abrigar a reitoria.

Com a proposta de acolher a diversidade de atividades para apoio aos indivíduos em situação de rua, criando um local receptivo e adequado quanto à acessibilidade física, o projeto busca gerar uma ligação entre indivíduo e edificação, com a conservação da volumetria e das fachadas voltadas para o sistema viário. Assim, uma das diretrizes arquitetônicas do projeto, será a manutenção do revestimento das fachadas, mas voltando a utilizar cores claras para os pilares e arcadas.

Para as sacadas que se voltam a rua, vãos e sistema estrutural, são feitos a conservação, com pintura e reparo dos

revestimentos, sem alterar as características existentes. Quanto ao espaço das calçadas, propõe-se que sua dimensão seja ampliada com o objetivo de torná-las mais agradáveis e seguras ao pedestre, assim como um novo projeto de paisagismo.

O acesso para pedestres poderá ser feito por qualquer uma das fachadas que serão abertas no nível térreo, que permitirá maior integração entre os usuários do edifício e os indivíduos que transitam pelos arredores com o espaço da praça interna, e será utilizando a entrada para automóveis pela Rua Arthur Bernades.

A respeito dos pisos originais, analisando as condições dos mesmos referentes ao primeiro e segundo pavimentos, estes terão como diretriz sua preservação, devido ao bom estado ao qual se encontram e caráter singular e serão realocados de acordo com a paginação de piso a ser projetada.

No térreo, com a pretensão de promover uma integração mais visível entre interior e exterior optou-se por uma substituição com a manutenção de um tipo de piso para todo o pavimento e visto uma Tendo como base a arquitetura como agente de proposição e transformação do espaço, este

8.2 – DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO

projeto procura ressaltar a importância do acolhimento, na busca por uma transformação efetiva das condições do espaço construído que contribua para o fortalecimento das relações humanas, a interação do indivíduo com o bairro, tornando-o principal instrumento para o resgate do sentimento de pertencimento do indivíduo na sociedade.

A partir das pesquisas realizadas e entrevistas com assistentes sociais da área, chegou-se a um elenco de atividades de curta, média e longa permanência, organizados metricamente conforme descreve a tabela 4

A proposta de organização dos espaços considerou as relações e hierarquias dos serviços, a partir da análise do edifício, suas características físicas e formais.

Como principal elemento de articulação de todas as atividades e espaços, destaca-se o pátio interno central da edificação, que será considerado como uma pequena praça de acolhimento e permanência. Cada espaço possui necessidades diferentes, e são elas que fazem com que o complexo esteja vivo e coerente com a realidade e com as transformações dos usuários.

A partir da organização das atividades demonstradas no fluxograma acima, elaborou-se o programa do centro de acolhimento para pessoas em situação de rua, a partir de um estudo para o dimensionamento das áreas, considerando a demanda, a oferta e características dos serviços e área do edifício.

Para melhor desenvolver o projeto, o programa de necessidades do Centro foi dividido em quatro tipos de usos: Administração, Acolhimento e lazer, Serviços Institucionais e Apoio

8 - PROJETO

8.3 – MEMORIAL DESCRITIVO

Tendo como base a arquitetura como agente de proposição e transformação do espaço, este projeto procura ressaltar a importância do acolhimento, na busca por uma transformação efetiva das condições do espaço construído que contribua para o fortalecimento das relações humanas, a interação do indivíduo com o bairro, tornando-o principal instrumento para o resgate do sentimento de pertencimento do indivíduo na sociedade.

A partir das pesquisas realizadas e entrevistas com assistentes sociais da área, chegou-se a um elenco de atividades de curta, média e longa permanência, organizados metricamente conforme descreve a tabela 4

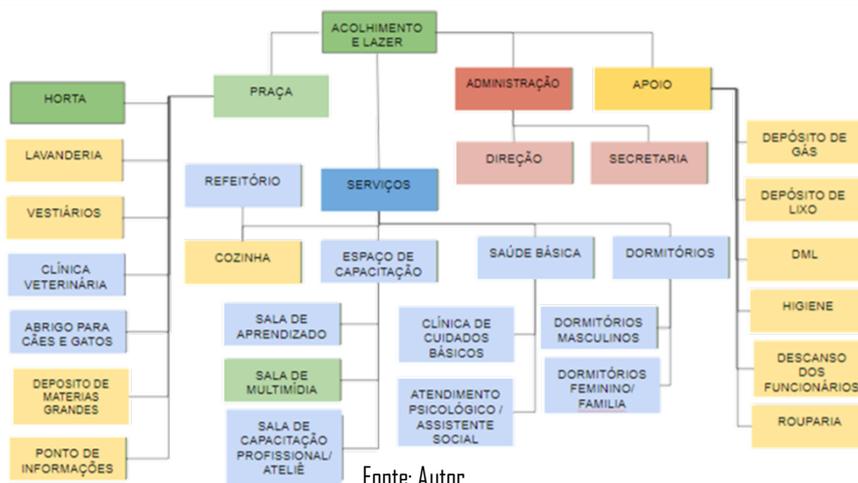
A proposta de organização dos espaços considerou as relações e hierarquias dos serviços, a partir da análise do edifício, suas características físicas e formais.

Como principal elemento de articulação de todas as atividades e espaços, destaca-se o pátio interno central da edificação, que será considerado como uma pequena praça de acolhimento e permanência. Cada espaço possui necessidades diferentes, e são elas que fazem com que o complexo esteja vivo e coerente com a realidade e com as transformações dos usuários.

A partir da organização das atividades demonstradas no fluxograma acima, elaborou-se o programa do centro de acolhimento para pessoas em situação de rua, a partir de um estudo para o dimensionamento das áreas, considerando a demanda, a oferta e características dos serviços e área do edifício.

Para melhor desenvolver o projeto, o programa de necessidades do Centro foi dividido em quatro tipos de usos: Administração, Acolhimento e lazer, Serviços Institucionais e Apoio

FIGURA 69: FLUXOGRAMA DE ORGANIZAÇÃO



Fonte: Autor

8.3 – MEMORIAL DESCRITIVO

Setor	Ambiente	Funcionários	Usuários	Quant. de ambientes	M ² (total)
Administração	Sala do diretor/ sala de reunião	1	Até 6	1	14,19
	Secretaria	1	3	1	13,81
Acolhimento e lazer	Área de convívio aberta	-	-	1	-
	Sala multimídia	1	33	1	43,33
	Horta	-	-	1	11
Serviços institucionais	Clínica veterinária	1	1	1	11,15
	Abrigo para cães e gatos	-	-	1	16
	Salas de atendimento psicológico e assistência social	1	2	1	9,67
	Sala de saúde básica	1	2	1	25,38
	Espaço de capacitação profissional/ ateliê	1	8	1	35,66
	Sala de aprendizado	1	9	1	18,57
	Refeitório	-	50	1	135,84
	Dormitórios masculinos	-	Até 4	14	301,52
	Dormitórios femininos/ família	-	Até 4	8	214,08
	Apoio	Câmara de lixo	-	-	2
Pré-seleção		1	-	1	3,62
Antecâmara		-	-	1	2,09
Câmara fria congelados		-	-	1	4,01
Câmara fria refrigerados		-	-	1	7,0
Câmara fria vegetais		-	-	1	2,07
Despensa		-	-	1	4,2
Cocção		3	-	1	34,0
Limpeza e higienização de utensílios		2	-	1	9,75
Despensa de utensílios		-	-	1	5,64
Sala de nutrição		1	-	1	4,8
Informações		1	-	1	3,95
Depósito de lixo		-	-	1	
Depósito de gás		-	-	1	
Lavanderia e estendal		-	4	1	28,34
DML		-	-	5	16,96
Descanso dos funcionários		-	8	1	20
Rouparia		-	-	2	37,14
Vestiário de funcionários		-	-	1	7,13
Vestiários masculinos		-	-	1	26,69
Banheiros masculinos		-	-	3	31,39
Banheiros femininos		-	-	3	31,39
Banheiros suítes		-	1	12	94,76
TOTAL					1229,53

8.3 – MEMORIAL DESCRITIVO

Desde os primeiros estudos, a proposta tomou como partido a conservação da volumetria e dos elementos mais característicos das fachadas, bem como a presença de um espaço central e o desejo de se criar uma relação mais próxima com a comunidade local.

A ideia foi organizar as atividades de uso do edifício, separando em níveis de privacidade. Logo as atividades que possam servir a toda a comunidade ou a indivíduos em situação de rua que não desejem ser acolhidos, ficam no térreo, enquanto atividades que necessitem de maior privacidade são locadas em pavimentos superiores. Essa reorganização visa potencializar os programas de usos comuns, que podem ser utilizados não somente pelos usuários da instituição, mas também oferecendo espaços que possam atender à própria comunidade local, criando-se assim uma integração entre usuários do abrigo e a sociedade, conforme defendido neste trabalho.

A separação do uso público e da escala mais privada é feita por escadas, rampa e

elevador, facilitando o acesso aos diferentes níveis do edifício, sem se deixar de pensar na acessibilidade e normas técnicas pertinentes. Uma forma de dinamizar a circulação das pessoas que frequentam o local foi reposicionar o eixo vertical existente, possibilitando também maiores dimensões.

Levando em consideração a dinâmica já utilizada em albergues e casas de acolhimento estudadas, a proposta quanto à utilização dos quartos é que haja um controle no primeiro pavimento para quem deseja ir ao segundo e/ou terceiro pavimentos, sendo que os abrigados terão acesso aos quartos em horários pré-determinados, além de serem responsáveis pela manutenção e organização de seus leitos.

Dessa forma, a proposta hierarquiza a ocupação dos quatro pavimentos do edifício: dois de uso público, que abrigam as atividades administrativas, institucionais, apoio e de lazer; e dois de uso temporário, quartos coletivos e familiares, sendo destinados aos usos privativos dos usuários/moradores.



Figura 70 : esquema de setorização das plantas

Fonte: autor

Neste sentido, o pavimento será projetado para atender às necessidades dos indivíduos em situação de rua, com espaços de atendimentos básicos mesclados com locais para serviços e lazer, contemplando ainda a população do entorno e pessoas que estão de passagem, como espaços de descanso, utilidades, ou até mesmo pontos de uso de internet. Ao mesmo tempo, visa ajudar no restabelecimento dos vínculos dos moradores de rua com a sociedade, promovendo o convívio de diferentes tipos de usuários em um mesmo espaço.

O acesso ao pavimento térreo pode ser feito diretamente pela Avenida Engenheiro Diniz como pela Rua Arthur Bernardes, sendo que as arcadas existentes servem como portais delimitando as entradas, porém sem fechar o edifício ao exterior, o fluxo assim é monitorado por um ponto de informações. É previsto uma entrada para veículos pela Rua Arthur Bernardes, a qual é controlada por um portão de uso exclusivo para os servidores do edifício.

O programa deste pavimento compreende vestiários, clínica veterinária de cuidados básicos, abrigo para cães e gatos, lavanderia, estendal, depósito de materiais grandes, depósito de lixo e de gás, além de uma área de apoio à cozinha, que compreende todo recebimento e primeira seleção dos alimentos,

8.3 – MEMORIAL DESCRITIVO

câmeras frias, despensa para alimentos secos e vestiário para funcionários, de forma a auxiliar a dinâmica do edifício.

Os vestiários possuem dimensões diferentes como reflexo de uma maior quantidade de pessoas do sexo masculino em situação de rua em Uberlândia, quando comparado a pessoas do sexo feminino, estes se localizam-se no térreo. Ainda é necessário ressaltar que todos os serviços de apoio ou institucionais servem prioritariamente aos abrigados, porém abre-se a qualquer indivíduo que deseje utiliza-los.

Quanto ao espaço para armazenamento do lixo produzido, foi dividido em dois ambientes, com acesso direto da Av. Engenheiro Diniz, um para lixo reciclável e outro para o lixo orgânico.

No primeiro pavimento, que pode ser acessado pela circulação vertical (escadas, rampa ou elevador) estão localizados o restaurante, cozinha industrial, sala de nutrição banheiros, sala de assistência social e psicologia, secretária, direção sala multimídia, sala de aprendizado, sala de descanso para funcionários, além de espaços para capacitação dos usuários e prestação serviços aos moradores do entorno, caracterizado pelo

ateliê que também funcionará em horários alternados com sala de capacitação profissional e sala de serviços básicos de saúde para os usuários do edifício.

A locação do refeitório levou em conta a visada que o pavimento possui privilegiando o acesso de todos os usuários do conjunto, seja de pessoas de passagem ou de usuários. O restaurante será aberto às pessoas da comunidade e ou de passagem que pagariam pela refeição, enquanto os usuários que estão abrigados não pagaram taxa, à semelhança do que ocorre em restaurantes universitários.

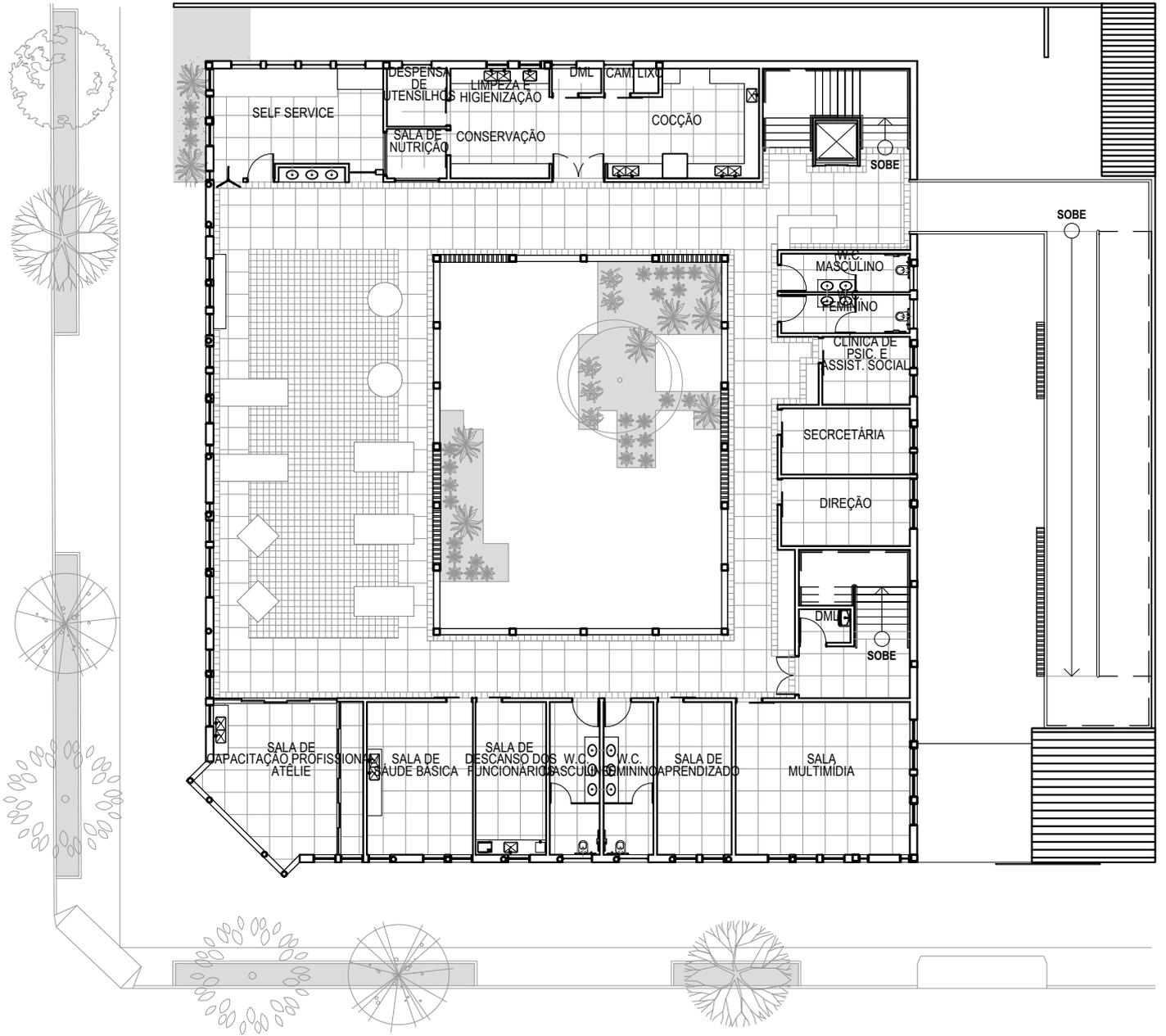
A cozinha possui despensa de materiais, espaço para higienização dos produtos e alimentos, separados – que chegam à mesma por um elevador de carga –, local de cocção e manutenção das refeições preparadas, além de um espaço de higienização de utensílios. Portanto, todas as exigências técnicas desse tipo de ambiente foram cumpridas.



PLANTA BAIXA

TÉRREO

ESC.: 1/250



PLANTA BAIXA

PRIMEIRO PAVIMENTO

ESC.: 1/250

8.3 – MEMORIAL DESCRITIVO

O segundo e terceiro pavimentos possuem uma planta tipo e voltam-se às pessoas que estão abrigadas no Centro, sendo exclusivo para leitos. Possuem roupeiro, dois banheiros sociais e onze quartos todos contendo dimensões capazes a acomodar usuários com restrições de mobilidade e banheiros compartilhados entre quartos vizinhos obedecendo à Norma 9050: 2004 de Acessibilidade. Sete quartos de cada pavimento são de uso exclusivo masculino e quatro voltados a atender mulheres e famílias.

Os quartos masculinos serão organizados com dois beliches, sendo a parte de baixo acessível aos usuários com mobilidade reduzida, além de armários para guardar pertences pessoais de cada usuário. Os quartos femininos e de família possuem um beliche e duas camas que podem ser usadas juntas ou separadas.

Estruturalmente o edifício manteve os pilares e vigas originais, ampliando caixas de escadas, para se adequar em dimensões confortáveis, e é utilizado estrutura de concreto armado pré-moldado.

Os novos materiais - como vedações internas, portas e janelas para banheiro -

foram escolhidos por suas capacidades de suporte, visando também à redução de resíduos, rapidez na construção e coerência projetual. Além disso, será desenvolvido um novo projeto para as instalações (fiação elétrica, dutos e encanamentos) que serão foram modificadas para passar por shafts, concedendo maior flexibilidade de uso e de manutenção.

Para facilitar possíveis modificações futuras, propõem-se o uso de divisões internas de steel frame com gesso acartonado, o que permite a utilização de lâ de vidro internamente para isolamento acústico dos ambientes, tornando a proposta mais flexível.

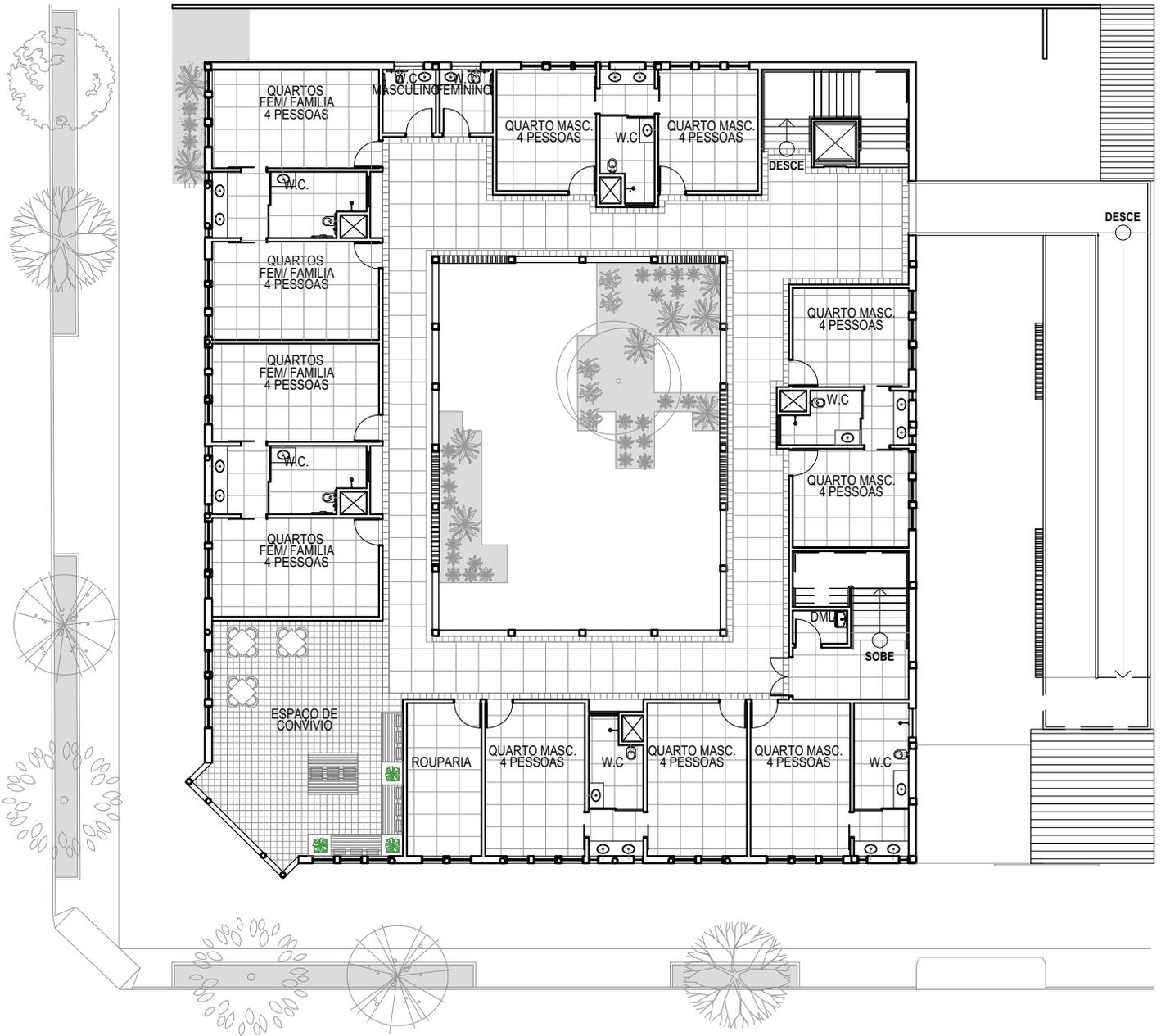
Para a cobertura, que será refeita, propõe o uso de telha metálica do tipo sanduíche trapezoidal (com isolante térmico para melhor desempenho do sistema), para proporcionar uma cobertura mais leve e permitir a adequada instalação de sistemas solares voltados à direção Norte. É pré-dimensionado a presença de dois tanques de água de 20.000 L capazes de manter o abastecimento durante 3 dias para cerca de 100 abrigados, com um consumo aproximado de água é de 10560 litros/dia.



PLANTA BAIXA

SEGUNDO PAVIMENTO

ESC.: 1/250



PLANTA BAIXA

TERCEIRO PAVIMENTO

ESC.: 1/250

8.3 – MEMORIAL DESCRITIVO

Para o piso do térreo, na área da praça e exterior propõe-se à paginação trabalhada em piso megadreno 77x77x7, o que permite a passagem de 3 litros de água em aproximadamente 5 segundos, evitando a impermeabilização do solo. Para os demais pavimentos a paginação do piso das áreas comuns reutiliza em determinados locais especificados no projeto o piso hidráulico 35X35 pré-existente em conjunto com piso em porcelanato 60X60.

O projeto prevê que as esquadrias das janelas não serão reaproveitadas, trazendo uma nova fenestração, mas mantendo

dimensões de peitoril e altura próximas ao existente, visando no melhor aproveitamento do material de preenchimento (ver prancha 3).

Todas as soluções e estratégias adotadas no projeto foram pensadas na busca da melhor qualificação dos espaços e atendimento aos moradores de rua. Procurando sempre criar oportunidades e uma identidade de pertencimento e vínculo, inserindo-os no meio social e no mercado de trabalho, a fim de ajudar estes a terem novas perspectivas de vida.

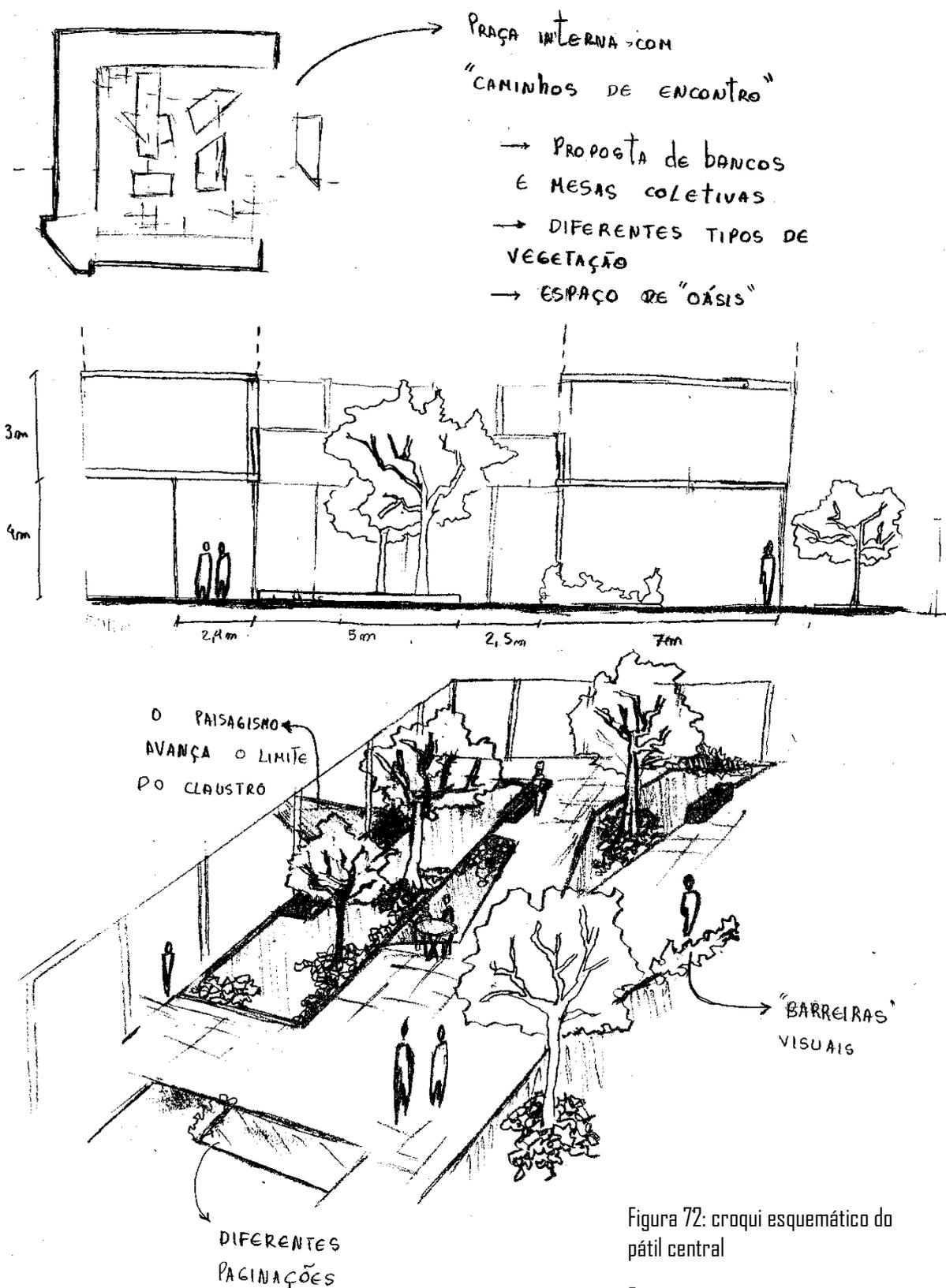


Figura 72: croqui esquemático do pátio central

Fonte: autor



Figura 73: Pátio central visto a partir da esquina

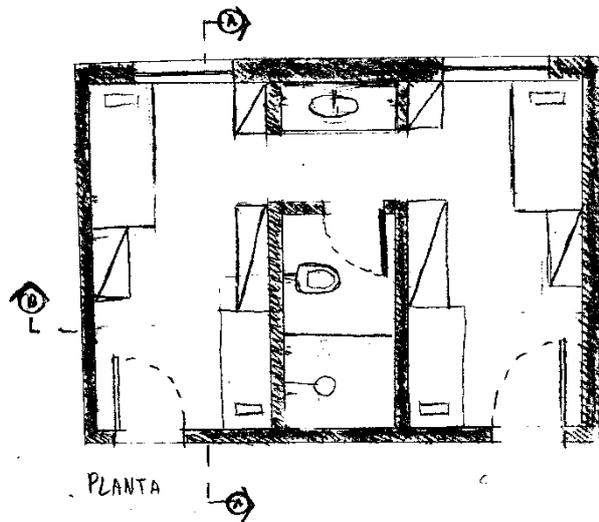
Fonte: autor



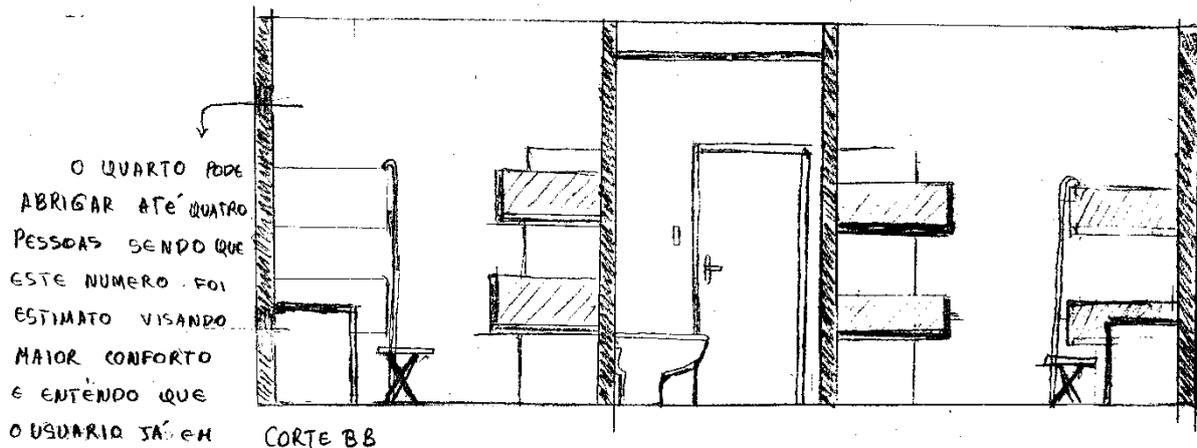
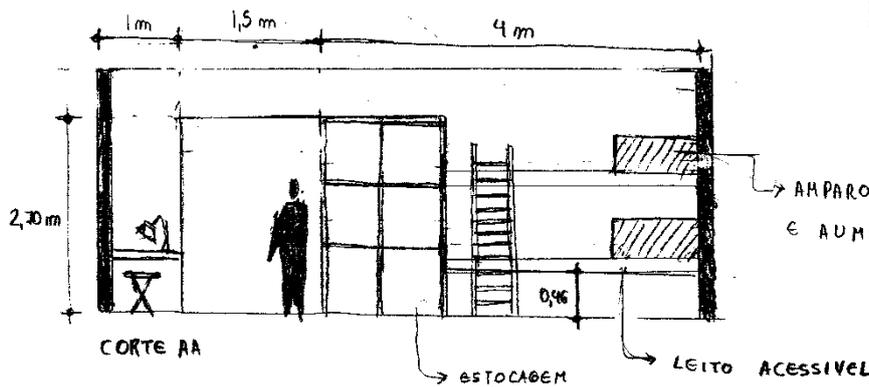
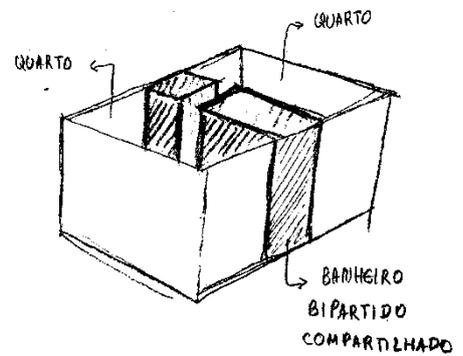
Figura 74: Pátio central

Fonte: autor

8.3 - MEMORIAL DESCRITIVO



O TERCEIRO PAVIMENTO É COMPOSTO POR SUITES QUE SE INTERLIGAM POR UM BANHEIRO BIPARTIDO, PROPORCIONANDO UM ESPAÇO DE ESTAR ÍNTIMO AOS USUÁRIOS.



O QUARTO PODE ABRIGAR ATÉ QUATRO PESSOAS SENDO QUE ESTE NUMERO FOI ESTIMATO VISANDO MAIOR CONFORTO E ENTENDO QUE O USUÁRIO JÁ EM PROCESSO DE DESLIGAMENTO NECESSITA DE UMA VIVÊNCIA MAIS PRIVATIVA.

Figura 75: croqui dos quartos presentes no terceiro pavimento.

Fonte: autor



Figura 76: Representação do quarto feminino/ famílias.
Fonte: autor



Figura 77: Vista do encontro da Avenida Engenheiro Diniz e Rua Arthur Bernardes.
Fonte: autor



Figura 78: Fachada lateral vista da Avenida Engenheiro Diniz e Rua Arthur Bernardes.
Fonte: autor



Figura 78: Fachada lateral vista da Avenida Engenheiro Diniz e Rua Arthur Bernardes.
Fonte: autor

9

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5. ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

KOWARICK, Lúcio. As lutas sociais e a cidade. São Paulo passado e presente. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra Editora, 1994.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa, BEZERRA, Eneida Maria Ramos & ROSA, Cleisa Moreno Maffei. População de rua: quem é, como vive e como é vista. São Paulo: Hucitec, 2004.

SNOW, David A; ANDERSON, Leon. Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua. Tradução de Sandra Vasconcelos. –Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

ABNT (2015) NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

LEI COMPLEMENTAR Nº 525. Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Uberlândia.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária da Atenção à Saúde. Manual Sobre o Cuidado à saúde Junto a População em Situação de Rua. Brasília, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Guia de Atuação Ministerial: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua. Brasília: CNMP, 2015

BRASIL. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP. Brasília, 2011

LEI Nº 8.742: Lei orgânica da Assistência Social.

CENSO 2009: Censo Nacional sobre a População de Rua. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

OGG, D'Ávila Helena. Centro de Referência à População em Situação de Rua. Curitiba, 2014

9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE ARAÚJO, Geovanna Moreira. Centro de apoio e acolhimento aos moradores de rua: um espaço de oportunidades em Uberlândia. 2016. 76 p. trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design - FAUeD, Universidade Federal de Uberlândia, [S.l.], 2018

